

Mirian Rosani Crivelaro Kovhau

**A Gestão do Instituto Federal Farroupilha –
Campus Santa Rosa, frente às demandas
locais e sua atuação com o Desenvolvimento
Territorial Fronteira Noroeste do RS.**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Mirian Rosani Crivelaro Kovhau

**A Gestão do Instituto Federal Farroupilha –
Campus Santa Rosa, frente às demandas
locais e sua atuação com o Desenvolvimento
Territorial Fronteira Noroeste do RS.**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de
MESTRE

Orientação
Prof. Doutor Fernando José Cardoso

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

DEDICATÓRIA

A Deus e a Nossa Senhora de Fátima,

por sempre me conceder sabedoria nas escolhas dos melhores caminhos, coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para me amparar.

À minha mãe Maria Roseli Crivelaro Kovhau,tt,

pelo exemplo de coragem, pelo amor que me mostrou a direção correta e me ensinou a ter fé na vida e lutar por meus objetivos.

Ao meu querido filho Rafael Kovhau,tt Salvador,

pelo amor, apoio, confiança e motivação incondicional que sempre me impulsiona em direção às vitórias dos meus desafios.

À minha família, por acreditar e me apoiar incondicionalmente nos meus estudos.

Às minhas amigas Cláudia Bastos e Denize Sott, pelo companheirismo, pela determinação, pela confiança e amizade nos bons e nos momentos difíceis da vida e dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é complicado quando se nominam pessoas e instituições ao longo de uma jornada, pois corremos o risco de esquecer alguém. A trajetória para chegar até aqui foi longa conciliando estudos, família e trabalho.

Agradeço à Instituição “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha”, onde realizaram-se todas as etapas de meus estudos desde a graduação, especialização, formação pedagógica, e agora o presente mestrado.

A Escola Superior de Educação – ESE - Instituto Politécnico do Porto que foram parceiros do IFFAR em ofertar um ensino de qualidade proporcionando a qualificação dos servidores do IFFAR.

A Magnífica Reitora Professora Doutora Carla Comerlato Jardim e sua equipe de Pró – Reitores que não mediram esforços para concretizarem uma das muitas ações do Plano de sua Gestão, o mestrado para os servidores do IFFAR.

A Diretora Geral do *Campus* Santa Rosa, professora Renata Rotta, por sua cordialidade e disponibilidade em contribuir para o êxito desta pesquisa.

Ao meu orientador Professor Doutor Fernando Cardoso, por toda dedicação, paciência e sentido prático com que sempre me orientou. Agradeço por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Agradeço também à minha querida coorientadora Professora Doutora Cléria Meller, pelas orientações recebidas, principalmente, na condução das entrevistas com os participantes e na transcrição das mesmas. Sua ajuda foi fundamental para tornar o trabalho mais prazeroso.

À minha querida amiga Lidiane Kasper, que com toda sua calma e sabedoria me proporcionou reflexões sobre os estudos a desenvolver.

Agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente torceram e contribuíram para a realização de mais uma etapa de meus estudos o Mestrado em Administração das Organizações Educativas.

RESUMO

A partir da implantação e consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados através da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), é que este estudo se faz necessário e relevante. Por isso, propôs-se a analisar o papel desses Institutos Federais, levando em consideração as finalidades, características e objetivos, especialmente, no que refere às temáticas do desenvolvimento local e territorial. Diante disso, tomou-se como referência o *Campus* Santa Rosa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha para verificar se as ações da gestão e suas atividades educativas vêm sendo realizadas em consonância com as demandas locais e territoriais e, com isso, gerando desenvolvimento sustentável. Recorreu-se a uma pesquisa qualitativa no formato de estudo de caso em que buscou as racionalidades, intencionalidades, valores, tanto nos documentos oficiais quanto nos discursos e ações dos envolvidos. Para tanto recorremos a análise documental (leis, planos etc.), a realização de entrevistas semiestruturadas a dez participantes. Os principais resultados apontam que o *campus* Santa Rosa, está favorecendo o desenvolvimento local e territorial, principalmente com a oferta dos cursos regulares e dos cursos de extensão de curta duração, que propiciam a formação mais rápida e qualificada para diferentes públicos. Relativamente ao desenvolvimento de pesquisas, o *campus* tem atuado de forma mais internalizada: faz pesquisa, embora nem sempre divulga os resultados à comunidade externa, sendo esta uma questão relevante a ser tratada pela gestão do *campus*.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Instituto Federal; Desenvolvimento local; Território.

ABSTRACT

Since the establishment and consolidation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, created through Law No. 11,892 of December 29 (Presidency of the Republic, 2008), it is necessary and relevant to study this study. Therefore, it is proposed to analyze the role of these Federal Institutes, taking into account the purposes, features and objectives, especially, regarding the themes of local and territorial development. Thus, the Santa Rosa Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha was taken as a reference to verify if the actions of the management and its educational activities have been carried out in accordance with the local and territorial demands and, with that, generating sustainable development. A qualitative research was carried out in a case study format in which the rationalities, intentions and values were searched, both in the official documents and in the speeches and actions of those involved. Was used documentary analysis (laws, plans, etc.), semi-structured interviews with participants. The main results indicate that the Santa Rosa campus is favoring local and territorial development, especially with the offer of regular courses and short-term extension courses, which provide the most rapid and qualified training for different public. Relatively to the development of research, the campus has acted in a more internalized way: it does research, although it does not always divulge the results to the external community, and this is a relevant issue to be approached by campus management.

KEYWORDS: Education; Federal Institute; Local development; Territory

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....	xi
LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA.....	5
1.1. Os Institutos Federais.....	5
1.2. Os Institutos Federais e sua relação com o desenvolvimento territorial.....	12
1.3. A Educação e o Desenvolvimento Territorial.....	19
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	27
2.1. Problema e Objetivos.....	27
2.1.1. Problema e sua justificação	27
2.2. Objetivos	31
2.3. Metodologia.....	31
2.3.1. Pesquisa qualitativa	31
2.3.2. Estudo de caso	32
2.4. Local de estudo e participantes	34
2.4.1. Local de estudo	34
2.4.2. Participantes	38
2.5. Técnicas de recolha de dados a utilizar	39
2.6. Técnicas de tratamento de dados.....	42
2.7. Confiabilidade e validade.....	44
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
3.1. Conhecendo o <i>campus</i> Santa Rosa e sua forma de gestão	48

3.2. Os cursos ofertados no <i>campus</i> Santa Rosa - uma breve contextualização.....	50
3.2.1. Os Cursos Superiores	51
3.2.2. Os cursos técnicos subsequentes presenciais e EaD	54
3.2.3. Os cursos técnicos integrados	55
3.3. Projetos desenvolvidos no <i>campus</i> Santa Rosa	56
3.4. Do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial – NEDET Fronteira Noroeste do RS	57
3.5. Olhares externos – dialogando com integrantes do Território Fronteira Noroeste do RS	61
3.6. Consolidação dos dados obtidos nas entrevistas expostos através da Matriz SWOT.....	72
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS.....	91
APÊNDICES	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODETER – Conselho de Desenvolvimento Territorial

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFFAR – Instituto Federal Farroupilha

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPCs – Projetos Pedagógicos de Cursos

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TECLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Composição do Núcleo Técnico	39
Quadro 2 – Categorias para análise de conteúdo Bardin (1977)	43
Quadro 3 – Projetos e modalidades de ações desenvolvidas pelo IFFAR Campus Santa Rosa (RS)	56
Quadro 4 – Análise SWOT	74
Gráfico 1 – Distribuição das modalidades de cursos no <i>campus</i> Santa Rosa.....	66
Figura 1 – Organograma do <i>campus</i> Santa Rosa.....	49
Figura 2 – Matriz Swot. Fonte: Adaptado de Tavares (2005, p. 39).....	73

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, muitas modificações foram promovidas no âmbito da educação profissional, todas com o intuito de adequar o modelo educacional às demandas da nação, seja no âmbito, local, regional ou nacional e dar sustentação aos programas e projetos políticos, econômicos e sociais de cada governo. No ano de 2009 comemorou-se o centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, um ano após a Implantação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia.

Ainda numa trajetória recente, porém, consolidados na rede da Educação Profissional e Tecnológica, com uma estrutura ‘pluricurricular’ e ‘multicampi’, os Institutos Federais são instituições que podem oferecer educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino (Técnico, Tecnológico e Superior). O aspecto ‘pluricurricular’ é evidenciado, a partir da possibilidade de ofertar educação básica, profissional e superior. A estrutura ‘multicampi’ evidencia a importância da sua atuação no seu território de abrangência, tendo como compromisso maior o de intervir na região, a partir da identificação de possíveis problemas e assim poder criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável no território de sua abrangência.

Sendo assim, os Institutos Federais possuem em sua constituição atribuições inovadoras e que trazem desafios aos seus gestores. Porém, se mostram como uma fonte de esperanças, possibilidades e oportunidades, para as comunidades locais e regionais, onde antes não contavam com estas Instituições.

Nas finalidades e características dos Institutos, tratados no art. 6º da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), observa-se que está muito clara a preocupação com uma nova proposta de instituição que ofereça educação profissional e tecnológica formando e qualificando cidadãos para atuarem nos diversos setores da economia, enfatizando a importância do desenvolvimento socioeconômico local e territorial.

Percebe-se, também, que a oferta dos cursos nos Institutos deve atentar para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos (sociais e culturais) locais, APLs, embasados no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação dos Institutos. Assim, a oferta educativa deve atender aos diversos setores econômicos, estruturando-se a partir do que é necessário para o desenvolvimento local, no território de abrangência de cada *campus* de Instituto.

Ainda em seu art. 7º, (Presidência da República, 2008), onde a lei trata dos objetivos dos Institutos, nota-se que a temática do desenvolvimento socioeconômico local e regional é enfatizada novamente, quando faz referências ao estímulo e apoio a processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão. Nesse artigo, fica também evidente a preocupação com a oferta de ensino em todos os níveis e modalidades, qualificando e preparando o cidadão para atuar nas mais diversas áreas da economia, com vistas à promoção do desenvolvimento local e territorial.

Pacheco (2009, p. 4), diz que:

Alicerçado nos conceitos de territorialidade, desenvolvimento e educação os Institutos passam a desempenhar intervenções fortes em favor do desenvolvimento regional e nacional. No que diz respeito aos processos de desenvolvimento deve se partir de uma fina sintonia com os arranjos produtivos regionais e nacionais formando profissionais com profunda consciência social e produzindo tecnologias necessárias a um progresso incluyente, ético, respeitador do ambiente natural. [...]

Sendo assim, esta modalidade de ensino passou a ser entendida como estruturante do desenvolvimento, a partir de sua relação com o território onde está inserido.

Diante de toda essa reconfiguração da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica é que este estudo buscou investigar a relação entre

educação e desenvolvimento, a partir da perspectiva territorial, tendo como tema central a atuação do Instituto Federal Ciência e Tecnologia Farroupilha *campus* Santa Rosa, suas reais finalidades, características e objetivos traçados pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), bem como as ações de Gestão, especialmente no que se refere a sua atuação frente às demandas locais e territoriais com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

O presente estudo recorreu a uma abordagem qualitativa em formato de estudo de caso, em que se buscaram as racionalidades, intencionalidades, valores, tanto nos documentos oficiais quanto nos discursos e ações dos “sujeitos” participantes da pesquisa, além da análise documental (leis, planos, etc.),

No seu decorrer, apresenta a Educação profissional e tecnológica a partir da concepção dos Institutos Federais no Brasil e também sobre Educação e Desenvolvimento Territorial, sob o enfoque de autores que tratam desses temas, para maior contextualização com os dispositivos legais.

A organização do trabalho está assim dividida:

O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica que embasa o presente estudo. Começamos por abordar os institutos federais, referindo que os mesmos foram criados a partir Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008). Posteriormente, debruçamo-nos sobre os Institutos Federais e sua relação com o desenvolvimento territorial. Aqui referimos que os mesmos conforme prevê a lei de criação estão intrinsecamente relacionados com a interiorização e que devem atuar com foco no desenvolvimento dos territórios onde estão inseridos. Concluimos o quadro teórico, com uma abordagem à Educação e Desenvolvimento Territorial. A este propósito, salientamos que a educação tem um papel de grande relevância, principalmente com relação às concepções trazidas para resignificar o contexto que envolve políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

O segundo capítulo apresenta o estudo empírico com a abordagem do problema, sua justificativa e objetivos, seguida da metodologia aplicada, do tipo de pesquisa, e dos sujeitos da pesquisa, o instrumento utilizado para a coleta de dados, bem como, os procedimentos para análise e tratamento dos dados.

O terceiro capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos e termina com as considerações finais, onde procuramos responder os objetivos enunciados.

1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

No intuito de consolidar a reflexão pretendida neste estudo, buscou - se na literatura, documentos e na própria legislação dos temas abordados um embasamento para promover as discussões e as contextualizações dos assuntos, tendo como finalidade alcançar os objetivos a que nos propomos.

Dessa forma, abordaremos, primeiramente, a partir da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), a criação dos Institutos Federais no Brasil, seus objetivos e finalidades consolidando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Posteriormente trataremos sobre os Institutos Federais e Educação relacionados com o desenvolvimento territorial.

Além disso, dialogar com alguns autores sobre Educação, Desenvolvimento e Território são prerrogativas básicas e necessárias à realização da reflexão proposta neste estudo e também contextualizar a relação existente entre a atuação dos Institutos Federais e o desenvolvimento territorial.

1.1. OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados com a Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), sendo que o seu propósito pode ser visto no artigo 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei (Presidência da República 2008).

A especialidade destas instituições, como pode ser visto no art. 2º, é a oferta de educação profissional e tecnológica, a qual visa (em um prazo menor que a maioria das modalidades de ensino) ingressar no mercado de trabalho, cidadãos qualificados e críticos com as inovações emergentes e os novos nichos de mercado.

O Decreto n. 5.154, de 23 de julho (Presidência da República, 2004) diz que a educação profissional e tecnológica oferecida pelos Institutos Federais deve ser oferecida das seguintes formas: “formação inicial e continuada de trabalhadores – preferencialmente articulados com os cursos de educação de jovens e adultos (EJA); educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (Presidência da República, 2004). O decreto também prevê que a formação técnica que acompanha o ensino médio deverá ser da seguinte forma: “integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental; concomitante, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, e subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Médio” (Presidência da República, 2004)).

A estrutura organizacional dos Institutos Federais conforme Palma, Alves e Silva (2013), se dá através da centralização em torno das reitorias, *campus* nas cidades-polo e *campus* avançados nas regiões mais afastadas. O Ministério da Educação prevê percentuais destinados aos cursos técnicos e às licenciaturas, assim como, informa o quantitativo atual de reitorias e *campi* em nosso país:

Atualmente, são 38 reitorias com 314 *campi* espalhados por todo o país, além de várias unidades avançadas. Estas atuam em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o Ensino Médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (Pacheco, 2010).

Os Institutos Federais têm como missão acrescer ao seu público-alvo novas capacidades e habilidades de atuação no mercado de trabalho, sendo que, este torna-se cada vez mais competitivo e necessita de profissionais qualificados. Esta característica da Instituição pode ser percebida no inciso 2 do artigo 2º da Lei n. 11.892: “§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.” (Lei n. 11.892, 2008).

O Governo Federal já iniciou sua trajetória de construção de ensino público profissionalizante desde o ano de 1909 segundo o Ministério da Educação e Cultura, quando instituiu as primeiras escolas de Aprendizes e Artífices, que mais tarde tornaram-se os Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica). Desde o início a educação profissionalizante teve seu foco voltado para classes carentes desprovidas de condições para estudar, buscando compensar o desequilíbrio social gerado pelo capitalismo, onde apenas uma fatia da sociedade tem acesso à educação. Após os Cefets surgiu a unificação de todos estes através da criação dos Institutos Federais:

Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MEC, 2010).

A proporção de crescimento dos Institutos Federais tomou, desde então rumos maiores que os previstos inicialmente, e no Estado do Rio Grande do Sul não foi diferente, pois surgiram três grandes redes, sendo elas: Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Federal Sul-rio-grandense. A Centralização de várias escolas que anteriormente possuíam administração própria trouxe perda de poder político-educacional individual, uma vez que os Institutos Federais são regidos através de uma Reitoria. Essa perda de autonomia, a qual já estava presente com os Cefets,

há bastante tempo, trouxe inúmeros conflitos entre as unidades que agora têm a missão de trabalhar em conjunto seguindo as mesmas diretrizes.

Os novos *campi* dos Institutos também enfrentaram desafios com relação aos municípios aos quais iriam se instalar, uma vez que todos os municípios queriam a vinda destes para beneficiar a sua comunidade. Os critérios utilizados para a implantação foram vários, como o conceito de “cidade polo”, no qual se buscou escolher cidades com posições estratégicas de centralização. Tal critério é citado por Pereira (2013, p. 10): “A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo critério na Fase II toma como base a identificação de cidades-polo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento socioeconômico do país).

Também foram adotados critérios associados a vantagens econômicas concedidas por parte dos municípios para contribuir com a implantação.

Os Institutos Federais têm grande peso dentro do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, conforme Otranto (2010, p. 89):

Nas reflexões a respeito da reforma da educação profissional, técnica e tecnológica é necessário não perder de vista que a Lei nº 11.892/08, que institui os IFETs, integra um conjunto de medidas normativas que visa à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – do atual governo, que o tem como um dos mais importantes componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia representam parte fundamental da reengenharia da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, já que foi formada a partir deles.

A questão da identidade dos Institutos Federais também é levantada por Otranto (2010), que faz uma analogia à identidade construída pelos *campi* antigos (outrora Cefets) que por anos moldaram-se às suas realidades, frente à identidade que os Institutos deverão ter como rede de ensino, deixando para trás vícios e características peculiares. “A autonomia prometida

aos *campi* pode comprometer a autonomia do Instituto Federal? Como será a convivência entre elas?” (Otranto, 2010, p. 92).

A autonomia, no entanto, segundo Pereira (2013) deve ser prevista para que os *campi* possam reagir conforme as necessidades regionais de cada local, e assim, forjar e fomentar o desenvolvimento da educação de forma eficaz. As demandas socialmente plenas também devem ser levadas em conta para configurar uma grade ideal de programas, ou seja, aquelas demandas que provêm das diversas representações sociais e não apenas de uma fatia da sociedade. A real finalidade dos Institutos é atuar em prol dos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

Os Institutos Federais também têm como meta e estratégia de ensino a verticalização do ensino, onde são criados “eixos” de ensino em cada uma das unidades, e os cursos vão seguindo a mesma área justamente para aproveitar espaço físico e corpo docente. Conforme Pacheco (2010) essa organização estratégica permite que os discentes possam seguir do curso técnico até o doutorado:

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (p. 13).

Os Institutos Federais têm como função segundo Pacheco (2010), a intervenção direta nas suas respectivas regiões, identificando problemas e encontrando soluções técnicas e tecnológicas para saná-los, sempre visando à inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A identificação das potencialidades de micro empreendimentos também é uma das atribuições dos Institutos como forma de alavancar o desenvolvimento regional, sendo que os cursos e eixos de ensino sempre devem ser definidos através de audiências públicas e escuta de representações da sociedade.

O governo Federal vem através dos Institutos Federais implantando políticas que vão de frente às concepções neoliberais, as quais caracterizam o ensino como um produto de mercado, e dão acesso a milhões de jovens e adultos através de seus programas de ingresso diferenciados. Diversas medidas vêm sendo tomadas para isso, como: sistema de cotas, auxílios aos discentes matriculados para permanência nos cursos ofertados, etc. No entanto, nessa tarefa de agente educador, os Institutos contam com a cooperação de outras instituições governamentais para desempenhar tal papel: “Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos” (Pacheco, 2010, p. 20).

Os Institutos Federais, assim como outras instituições de ensino trabalham através do famoso “tripé” da educação, sendo este formado por: Ensino, Pesquisa e Extensão. O ensino vem a ser o método de instrução do aprendiz, que conforme Moita e Andrade (2009), através de um conjunto de informações, princípios e ideias tornam possível ao discente assimilar novos conhecimentos. A pesquisa pode ser definida “como a forma de procurar respostas a partir de indagações que surgem” conforme Minayo (1993, p. 23), sendo que é uma atividade básica no contexto das ciências para a descoberta da realidade e evolução do conhecimento.

A extensão pode ser vista como a forma de vivenciar o processo de ensino-aprendizagem, com ações diretas sobre a sociedade promovendo a troca de conhecimentos e experiências. Acredita-se que a aprendizagem não se dá apenas em sala de aula, e que através da extensão a interdisciplinidade se faz presente: a Interdisciplinidade torna-se efetiva. O currículo de cada curso determina a ação social a ser desenvolvida. Cada equipe de alunos tem um professor responsável acompanhando e orientando suas intervenções (Rodrigues, 2011).

A combinação entre esses três eixos de atuação educacional promove a mais completa formação acadêmica do corpo discente, pois o conteúdo visto

em sala de aula, de nada adianta se não for testado na prática, assim como se torna defasado se não for atualizado através da pesquisa. Moita e Andrade (2009) trazem em sua citação a importância da combinação destes três eixos: “O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária” (pp. 269-393).

O desenvolvimento sustentável é outro ponto de grande destaque dos Institutos Federais, pois conforme a própria legislação de criação desses Institutos, nela está intrinsecamente previsto o desenvolvimento territorial sustentável. Por sustentabilidade entende - se que é a forma de suprir a necessidade das gerações atuais sem que haja o comprometimento das gerações futuras, de forma que os recursos naturais não se findem num longo/médio prazo. As instituições de ensino técnico, tecnológico e superior, em particular, têm de forma propositiva a função de elaborar estratégias de desenvolvimento pautadas na sustentabilidade principalmente em seus territórios de inserção pautadas na inclusão e na autogestão dos atores sociais, através dos processos territoriais.

A sociedade que cresce economicamente, porém, desconsidera a sustentabilidade como fator intrínseco a sua ascensão, não está, de fato, desenvolvendo, mas sim, promovendo a sua autoflagelação a longo/médio prazo. Os princípios neoliberais que focam o ensino profissional e tecnológico para a produção de capital deixam a sustentabilidade em um plano inferior, dando prioridade aos fatores de mercado. Percebe-se que na sociedade atual e levando em conta a lógica do capital, a atividade delegada à escola se refere à reprodução das diversas camadas sociais ou mais especificamente aos interesses do mercado, por meio da educação profissional.

Desta forma, os Institutos Federais entram como fatores reguladores de mercado para inverter os princípios neoliberais introduzidos pelo capitalismo, e promover o desenvolvimento sustentável através da formação adequada de seu corpo de egressos.

1.2. OS INSTITUTOS FEDERAIS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A criação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas públicas de governo voltadas para a educação profissional técnica e tecnológica, tendo como fator principal o compromisso com o desenvolvimento econômico local e territorial e um expressivo diálogo com outras políticas públicas. Como política pública, a educação profissional e tecnológica abrange não somente oferta de cursos voltados para a formação do trabalhador, mas, principalmente, assume o compromisso com o todo social.

Molina (2006), diz que as relações sociais constituintes das dimensões territoriais são, concomitantemente, interativas e completivas. Elas não podem ser separadas. A educação não sobrevive fora do território, assim como a cultura, a economia e muitas outras dimensões. A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. Essa relação deve ser analisada em sua totalidade, pois os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento sustentável.

Na interpretação de Molina, os territórios são formados no espaço geográfico por diferentes relações e atores sociais. Assim, entende o território como sendo:

o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (p. 33).

De acordo com Molina (2006), as relações sociais são produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. Nesta concepção, o território é um

espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços.

A definição de território deve ser compreendida como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional regional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. A referência do território como espaço de um país, possibilita uma compreensão que o conceito de território não está limitado. É um conceito mais amplo, não no sentido de estudar o território em si, mas um território que envolve pessoas e sua identidade, como enfática (Santos, 2001).

o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (p. 96).

Nas diversas regiões de um País, a fragmentação e a solidariedade presumiam a presença de condições, todas referentes ao território sobre a economia e a cultura territorial, formada por princípios, igualmente internalizados no território, tanto na forma de leis, quanto nos hábitos da população. Posteriormente, através da regulação, a compartimentação dos territórios, a nível nacional e internacional, permite que as diferenças sejam neutralizadas através de “um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes para também renovar, desse modo, a solidariedade” (Santos, 2001, p.81).

Santos (2001), refere-se num primeiro momento, que o mundo era caracterizado por compartimentações muito numerosas, mas era um mundo sem movimento, lento e estável. O funcionamento territorial estava condicionado muito às questões naturais por onde o ser humano se adapta, com pequena intermediação técnica. As relações sociais eram tímidas e pouco densas. O ser humano tem um ambiente natural em sua volta que ainda é

desconhecido. As condições materiais se impõem sobre o restante da vida social, numa condição em que o preço de cada espaço de terra lhe é atribuído pelo seu uso. Assim, o espaço territorial usado pela sociedade local rege as manifestações da sua vida social e econômica.

Numa conjuntura mais atual, o território se apresenta como uma arena em movimentos cada vez maiores, onde a finança global impõe suas regras sobre a totalidade da vida social, ignorando as estruturas existentes e impondo novas estruturas. Neste sentido, “o conteúdo do território com um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca, e também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida” (Santos, 2001, p. 104).

Num território a partir do surgimento de novos conjuntos ou agrupamentos tem – se o estabelecimento de uma norma comum,

Novos processos de regionalização, superpostos a outros já existentes, começam a se delinear. São tentativas de construção de novas entidades regionais, baseadas em uma solidariedade organizacional obtida mediante a circulação, o intercâmbio e sua regulação, que se dá a partir de contiguidades e continuidade territoriais (Arroyo & Santos, 1997, p. 59).

A partir de propostas de regionalização, propostas pelas mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional, como o aparecimento de criação de zonas de livre comércio, mercados comuns a partir do agrupamento de países, houve influências em termo de gestão e planejamento o processo de regionalização através de propostas de políticas de governo nos diversos campos de atuação, inclusive, na educação profissional.

Dessa forma, é que os Institutos Federais surgem, constituindo-se um espaço concreto para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de uma harmonia com as potencialidades de desenvolvimento local e territorial. Eles surgem como

autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico, elementos singulares para a definição de sua identidade. Assim, cabe destacar que:

É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu *lócus*. O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento, assim, os Institutos revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros (Pacheco, 2010, p. 18).

Segundo Pacheco (2010), a estrutura dos Institutos Federais e a definição do território de abrangência das ações determinam o compromisso de atuação em suas respectivas regiões, ao identificar os problemas e propondo soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Conforme o autor, o território de abrangência das ações de um Instituto Federal é a Mesorregião, são espaços geográficos com características socioeconômicas, políticas e culturais comuns, podendo ir além do limite em que se localiza quando se concebe sua atuação em rede.

A partir deste entendimento, as mudanças no âmbito da educação profissional proposta pelo governo federal trouxeram modificações expressivas para a realidade dos estados e municípios que, além de incorporarem a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, podem contribuir na perspectiva de mudança na vida de muitos jovens e adultos que buscam uma qualificação profissional e, conseqüentemente, oportunidades de emprego e melhoria de vida.

Ainda de acordo com Pacheco (2010), os Centros Federais de Educação Tecnológica, as escolas agrotécnicas federais, deixaram de existir, para dar lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de dar continuidade a uma concepção de educação profissional pautada numa formação contextualizada, de conhecimentos, princípios e valores, que impulsionam a ação humana na busca de caminhos de vida mais justo.

A correlação entre educação e trabalho é uma questão que merece ser destacada, na medida em que esta relação é importante para o homem. De acordo com Frigotto (2005), dentro de uma perspectiva ontológica ou ontocriativa, o trabalho constitui-se em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo.

Baseado nesta afirmação, o trabalho como princípio educativo não é uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas, um princípio ético-político. É, portanto, um dever e um direito. Para Frigotto (2005), é um dever na medida em que todos colaborem na produção de bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção humana. É um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que precisa estabelecer uma ação consciente com o meio natural convertendo bens para sua produção e reprodução.

Assim, é necessário derrubar as barreiras entre o ensino técnico e científico, buscando a articulação entre o mundo do trabalho, da ciência e da cultura na perspectiva da emancipação humana. A educação profissional e tecnológica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico para um conhecimento mais analítico, buscando uma formação mais abrangente e flexível, com menos ênfase na técnica e uma visão mais compreensível do mundo do trabalho e uma participação mais efetiva.

Com base nesses pressupostos é necessário entender o mundo do trabalho e toda a sua dimensão, tanto na totalidade, quanto nas particularidades, como é o caso da criação dos Institutos Federais, a partir de seus territórios de inserção.

Considerando ainda que as unidades pertencentes aos Institutos Federais, mais especificamente as novas, ganham autonomia própria, apresenta-se o termo “território” como um fator primordial à sua função, inserindo-se no seio das instituições o seu compromisso pelo desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local e territorial vem em primeira mão no conjunto de políticas públicas que perpassam determinada região e não como o único meio desse processo de desenvolvimento, pois os Institutos Federais estão situados em determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. Assim, é preciso estabelecer um laço entre o local e o territorial. É preciso que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial. (MEC, 2010).

Na definição de território, entendemos que está permeando as políticas de educação profissional e tecnológica, a partir da interiorização dos Institutos Federais, compreendendo o desenvolvimento local e regional como um espaço muito importante para a construção e socialização do conhecimento, como enfatiza as concepções e diretrizes do MEC:

a comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo não o autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em contato com a cultura de território, ela altera-se a partir do processo interativo instaurado (MEC, 2010).

A partir do entendimento sobre a Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), Silva (2009) fala sobre a questão da territorialidade na criação dos Institutos Federais. Percebe como um ponto crucial no processo de negociação dos institutos o limite geográfico dos estados, ao considerar as mesorregiões socioeconômicas dos estados em razão da natureza da investigação dos institutos nas referidas regiões. Pretendia-se unificar ao máximo todas as autarquias de um mesmo estado,

incluindo as identidades socioeconômicas de uma determinada região mantendo sua delimitação em área territorial contínua. Silva (2009), ainda sobre essa lei refere que,

no inciso I do art. 6º, é ressaltada como finalidade dos institutos colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional e o parágrafo 3º do art. 2º coloca a área de atuação territorial dessa instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos. Esses dois trechos evidenciam a importância do território na concepção dos institutos federais e na definição dos limites de sua atuação, mas é preciso considerar que a noção de território é polissêmica. Pode-se, em uma concepção entendê-lo como espaço geográfico cujo conceito tem como referência as mesorregiões brasileiras. Neste sentido, pode-se afirmar que os institutos devem estar unificados em determinado território geográfico que constitui a soma de municípios que compõem as mesorregiões com instalações físicas dessas instituições (p. 36).

Segundo Silva (2009), a essa definição deve ser incluída a concepção de território enquanto construção sociocultural que está vinculada a um determinado espaço e tempo. É um espaço formado por grupos sociais, a partir da sua própria identidade e das relações que ocorrem entre si num determinado tempo. É preciso superar, portanto, a dimensão geográfica de território e concebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento, pois é no território que se efetiva o desenvolvimento local e regional na perspectiva de sustentabilidade, um dos preceitos fundamentais do trabalho dos institutos federais.

Portanto os Institutos Federais surgem com uma missão de planejamento, organização e gestão, de forma a marcar significativamente as políticas educacionais no Brasil, para dar atendimento às demandas do desenvolvimento local e territorial sustentável. A questão da territorialidade é, assim, um fator muito importante, e que faz parte dos Institutos que integram a Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

1.3. A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

De modo geral, a interação educação-trabalho, nos procedimentos de formação do trabalhador, partindo das contribuições de Gramsci sobre a emergente necessidade de formação sócio-política e os atributos do trabalho como princípio educativo, assim como o entendimento de Pistrak (2000) sobre a necessidade de a escola se aproximar das necessidades das bases da economia, porém, proporcionando uma compreensão dialética do meio social e do trabalho produtivo – evidenciam a dificuldade de se pensar a educação para o desenvolvimento entendido como, simplesmente, crescimento econômico. O que revela, por um lado, as dificuldades entre o pensar as políticas educacionais e o projeto pedagógico das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os interesses do capital e, por outro, as próprias contradições inerentes às reorientações desses interesses em virtude das necessidades do capital garantir sua própria reprodução.

Dessa forma, deve haver um aprofundamento sobre o conceito de desenvolvimento de modo a salientar suas interrelações com as políticas públicas educacionais, evidenciando de que forma as contradições são postas e mostrando as possibilidades que surgem ao longo do caminho.

Ao desconstruir a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, algumas adjetivações continuam sendo incorporadas ao conceito de desenvolvimento no intuito de demonstrar seu caráter em vários aspectos, tais como, integrado, endógeno, local, sustentável, socioespacial e, mais recentemente, territorial. Obviamente, os próprios efeitos do entendimento do desenvolvimento sob o ideário ocidental que o vê como estágio, modelo ou maturação – desconsiderando o caráter “aberto” (Sachs, 2008), ao qual está circunscrito tal conceito – impulsionaram a emergência de tais qualitativos ao conceito. Dessa forma, percebeu-se ao longo dos últimos tempos a acentuação das desigualdades socioeconômicas, desemprego, degradação ambiental, andando simultaneamente com o aumento dos índices de crescimento econômico, com o aumento do

desenvolvimento técnico – científico. Ademais, os desafios colocados aos lugares, países e governos pelo deslanchar do processo de globalização levou à necessidade de se pensar o desenvolvimento também sob outro viés o social, o ambiental e o global.

Nesta linha, conforme afirma Becker (2006, p. 13), “o processo de desenvolvimento atual, ao mesmo tempo em que retém e transnacionaliza a reprodução ampliada do capital, descentraliza e torna regionalizada a reprodução social da vida”, ou seja, há uma tendência, na atualidade, de repensar os princípios do desenvolvimento a partir da base, do lugar, através das micro e mesodecisões, das micro e mesopolíticas, dos micro e mesoprojetos. A necessidade de projeção do desenvolvimento de forma horizontal ou pela base local, apesar de parecer responder às articulações dos setores sociais se traduz muito mais por uma necessidade política construída pelo capitalismo, pelo mercado, como meio de garantir sua reprodução, do que uma forma de construção de resistência. Segundo Zaoual (2006, p. 45), o fechamento do mercado acaba:

induzindo uma entropia e, por conseguinte, desordens insuperáveis, se ficar na perspectiva do paradigma da economia de mercado. É por isso que a necessidade de um enraizamento (ou imersão) do econômico se impõe tanto para os partidários do capitalismo como para os que buscam uma alternativa radical.

Porém, apesar de Zaoual (2006) salientar que a perspectiva do capitalismo leva a uma visão conjunta do mercado, ciência e tecnologia que procede, de um lado, por meio da competição e da acumulação de bens e, por outro, por intermédio do enfraquecimento antropológico e material, o autor destaca como as contrariedades surgidas da lógica de reprodução do capital precisam ser também vistas como possibilidades de uma construção horizontalizada de um projeto de desenvolvimento com alternativas.

Sendo assim, existe a crítica entre as concepções que podem nortear o pensamento de desenvolvimento local, a partir dos sujeitos que o pensa.

Pode-se sugerir um viés verticalizado, alavancado nos interesses do mercado global e que prevalece a visão econômica, porém, sem desconsiderar os discursos apropriados pelas agências internacionais, como o de sustentabilidade, etc., e outro, de forma horizontalizada, calcada na potencialização das viabilidades econômicas, nos aspectos socioculturais, na interação e diálogo dos atores envolvidos, na participação.

Uma outra especificação alocada à concepção de desenvolvimento foi a de sustentabilidade. A movimentação em torno das preocupações com o meio ambiente em relação aos impactos negativos causados pelo modelo econômico capitalista, focado no desenvolvimento tecnológico formulou, inicialmente, a concepção de ecodesenvolvimento. Mol e Spaargaren (1995) referem-se a tal conceito como resultado de uma ideologia ambiental “contra-ideologia” que pregava a desmodernização. Aspecto que, conforme os autores, pode ser fundamentado pelo contexto social da época:

Os anos setenta foi o de uma sociedade em que os interesses ambientais tinham, quando muito, um papel secundário. O movimento ambientalista foi mais ou menos relegado à posição de um contra - movimento, em parte porque o ambiente era visto como “externo” à reprodução social (Mol & Spaargaren, 1995, p. 22).

Em 1972, o texto sobre o ecodesenvolvimentista foi incasavelmente defendido na Conferência Mundial de Estocolmo sobre Meio Ambiente. Porém, uma outra abordagem foi proposta, em 1987, no Relatório Brundtland sobre a ligação entre economia – natureza, o de desenvolvimento sustentável. No referido Relatório, o desenvolvimento sustentável foi caracterizado como sendo aquele que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Conforme Mol e Spaargaren (1995), dois aspectos podem ser evidenciados à aceitação do conceito:

A segunda onda ambientalista (...) deu fim na concepção do ambiente como um fator externo referente à organização institucional da produção e consumo (p. 22);

Os interesses ambientais se institucionalizaram dentro da esfera econômica (p.22) e tornaram o interesse sobre o ambiente um fator central na reprodução social (p. 25).

Mas, o entendimento sobre a concepção de desenvolvimento sustentável – como a articulação entre ambiente e desenvolvimento econômico, de modo a atender as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras – é criticada por outros autores, conforme Fernandes (2002), uma vez que não põe em questão às formas como se dá a apropriação da natureza, a ideia de competição, de lucro, as diferenças culturais, e de reprodução das desigualdades. Conforme Fernandes (2002),

a construção de categorias não concretas, como as de humanidades, de gerações futuras, de qualidade de vida (...) complica o entendimento em termos das diferenças entre grupos sociais e entre nações, protegendo a proposta de desenvolvimento sustentável do enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações comunitárias sociais (p. 246).

Assim sendo, faz-se necessário uma compreensão de sustentabilidade que englobe os dois movimentos, levando em consideração o ecológico e o social como processos interligados a partir da modernidade, e que, ao mesmo tempo, resulte numa análise crítica da temática do meio ambiente não comprometida com a reprodução da desigualdade social Fernandes (2002). Sachs (2008) entende que a dimensão da sustentabilidade social se mostra no conceito de desenvolvimento sustentável exatamente a partir da categoria abstrata de gerações, pois há “um duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (p. 15). No entanto, apesar de tal perspectiva não responder por completo a amplitude de interpretações que podem ser adotadas, o

autor faz uma ressalva confirmando a necessidade de se explicitar os critérios de sustentabilidade social e ambiental. Dessa forma, para o autor, “apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento” (Sachs, 2008, p. 36).

Tal perspectiva, portanto, indica o cuidado necessário de não reproduzir de forma inocente a perspectiva “ecologista” do desenvolvimento sustentável, negligenciando a capacidade criativa do capital e o esvaziamento ideológico e prático da dimensão social.

Nesse sentido, acredita-se que a articulação dos atores locais comprometidos político e ideologicamente com a justiça social é uma alternativa de se procurar e gestar os meios de articulação com a sociedade, economia e natureza.

Portanto a educação tem um papel muito importante na elaboração das estratégias de desenvolvimento, principalmente, no âmbito de sua articulação com os processos produtivos nos ambientes urbanos e rurais, quando se considera o território como *lócus* da construção e reconstrução dos grupos sociais.

Ligado a isso, a relação em torno da tecnologia e da ciência torna-se importante, uma vez que, conforme Sachs (2008) existe a necessidade de utilização “ao máximo da ciência de ponta, com ênfase especial em biologia e biotécnicas” (p. 30). Assim, conforme o autor, é praticamente necessária “uma abordagem do todo e interdisciplinar do conhecimento, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos” (p. 31) para uma melhor apropriação e uso dos recursos naturais. Sendo assim, o desenvolvimento técnico-científico, a partir de uma visão crítica e ambientalmente comprometida, poderá direcionar também à “*revolução duplamente verde*”.

Sob tais aspectos, considera-se o desenvolvimento sustentável como o principal resultado de processos culturais, econômicos e políticos de representação social, por meio da utilização não predatória do sistema

natural e do uso de tecnologias apropriadas e da garantia de condições plena de vida a humanidade.

Discussões mais recentes dão ênfase às chamadas tecnologias sociais, cuja característica evidencia a busca por um processo de articulação das condições dadas pelo território, resultando numa adequação sociotécnica. As bases conceituais dessa perspectiva estão pautadas na teoria Sociostrutivista, que considera a possibilidade de a tecnologia ser uma construção social e não o fruto de um processo autônomo, endógeno e inexorável como concebe o Determinismo. Ao considerar o caráter processual da construção da tecnologia e sua intrínseca relação com a sociedade reforça-se a necessidade de enfoque da dinâmica territorial, neste caso, exercida por seus atores sociais, econômicos, políticos e também institucionais, assim como suas referidas territorialidades. Daí a importância do aparato teórico-prático da abordagem territorial e do conceito de desenvolvimento territorial.

No Brasil, o enfoque territorial do desenvolvimento tem subsidiado as políticas públicas estatais no meio rural, com destaque para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Desta forma, as dimensões evidenciadas pela SDT para potencializar os territórios, ou melhor, alcançar o desenvolvimento territorial são:

- a) Econômica: capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos.
- b) Sociocultural: maior equidade social graças a participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações.

- c) Político-institucional: institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.
- d) Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a ideia de gestão sustentada da base de recursos naturais, assegurando sua disponibilidade. (MDA/SDT, Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, 2005).

Portanto, o centro do conceito de desenvolvimento territorial se refere aos processos de interação dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, assim como abarca outros aspectos tais como: participação, autonomia, redes de cooperação, laços de confiança, sustentabilidade, autogestão, empoderamento, autonomia, etc.

Apesar de alguns desses aspectos serem contemplados numa visão mais horizontalizada de desenvolvimento local, ou mesmo numa perspectiva endógena, é importante salientar que o desenvolvimento territorial, além de abarcar o contexto sócio-histórico do processo de (re) organização do espaço, também abrange diferentes níveis de escalas, cuja delimitação consiste, segundo Dallabrida e Fernández (2008, p. 41), na identificação de:

um conjunto de relações de identidade localizadas, ou seja, as inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam no âmbito espacial. O desenvolvimento territorial abrange, assim, todas as dimensões do desenvolvimento: social, humana, econômica, físico-natural, ambiental, política e cultural.

Desta forma, os referidos autores afirmam que:

O desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos

(materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (Dallabrida & Fernandez, 2008, pp. 41-42).

Portanto, estabelecer uma relação entre educação e desenvolvimento territorial envolve além do entendimento dos pressupostos ideológicos subjacentes às políticas públicas para a educação, também a compreensão de como as instituições de ciência e tecnologia e, nesse caso, o Instituto Federal Farroupilha – *campus* Santa Rosa se insere na dinâmica socioterritorial, visão que procura abarcar tanto os pressupostos formativos dos profissionais – dimensão técnica, social e política – quanto o nível de diálogo e relação com os atores territoriais, sociais.

2. **CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO**

2.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

2.1.1. Problema e sua justificação

A formulação do problema é para Reto e Nunes (1999), o cerne do problema científico e, simultaneamente, o seu ponto de partida. Como nos referem Pardal e Correia (1995), a investigação parte de um problema, o qual incide sobre um objeto de estudo que o investigador pretende compreender ou explicar, e pode ser estudado de forma empírica. No caso da presente investigação, o problema encontra-se relacionado com a atuação do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Santa Rosa e com o contributo que tem dado para o desenvolvimento local e territorial no município de Santa Rosa, desde o ano de 2010, ano da sua implantação.

A educação profissional e tecnológica tem um caráter interligado com o contexto econômico das regiões naquilo que concerne ao atendimento às demandas regionais, territoriais e locais. Por um lado, é importante a análise da articulação da oferta de educação profissional e tecnológica no âmbito de sua articulação com o mercado, da dinâmica econômica regional-local. No entanto, a questão em torno da atual política de Educação Profissional e Tecnológica está centrada em delineamentos – objetivos e finalidades – que de forma propositiva, transcende o tal pressuposto.

Como na criação dos Institutos Federais se tem uma visão mais ampla do desenvolvimento, relacionado com produção e difusão científica e tecnológica a fim de atender as demandas sociais e regionais/territoriais é notória a conceção da política permeada por um discurso calcado num projeto de

desenvolvimento perpassando pelo econômico, social, tecnológico e cultural sustentável.

Portanto, a questão central é compreender qual a relação entre educação e desenvolvimento, a partir da inserção dos Institutos nos territórios, uma vez que, faz-se necessário analisar os condicionantes econômicos, sociais, políticos, culturais e institucionais que influenciam na concretização dos objetivos e finalidades traçados para essas Instituições.

As estratégias de desenvolvimento, a partir da articulação das políticas da educação, pesquisa e extensão colocam como desafio para os institutos federais que estão fortemente inseridos em territórios, uma responsabilidade ainda maior em fortalecer as áreas econômicas, sociais e tecnológicas, principalmente, com a educação profissional e tecnológica, a qual tem sido pensada em relação ao desenvolvimento local e territorial.

Assim, considerando o atual panorama da educação profissional do país, dos seus preceitos e orientações, a problemática abordada pela pesquisa proposta baseiou-se na seguinte questão de partida: Que Papel o *Campus* de Santa Rosa tem tido no desenvolvimento local e territorial da região Fronteira Noroeste do RS? Tem este *Campus* respondido as demandas da Sociedade? De que forma ele está contribuindo? Através do Ensino, através da Extensão, através da Pesquisa ou de outra forma? Qual o alcance de sua intervenção? E se não está contribuindo, o que precisa ser feito? Como poderá ampliar sua atuação?

O desenvolvimento técnico, científico e informacional no atual momento histórico evidencia a necessidade de analisar as transformações nas relações de trabalho, a complexificação do processo reprodutivo do capital cada vez mais seletivo e desigual e racionalidade da ciência como base econômico-produtiva, também chamada de “tecnologização da ciência” ou “cientificização da técnica” (Mészáros, 2005). Associado a esses aspectos, tem-se a questão de como pensar o desenvolvimento territorial a partir da difusão científica e tecnológica, nesse caso particular, através dos institutos

federais de ensino técnico e tecnológico de modo a garantir a inclusão social, a sustentação econômica e a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, propõe-se discutir, de forma propositiva, a função social do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santa Rosa à promoção do desenvolvimento: Problematicar a relação educação – desenvolvimento da economia da educação; Discutir a formação do trabalhador e da inserção territorial, por meio do ensino da pesquisa e extensão e de como se pode contribuir para o desenvolvimento sustentável sob a lógica das tecnologias sociais.

O uso da abordagem territorial procura abarcar o caráter espacial da relação educação e desenvolvimento, pois, se por um lado, o “desenvolvimento” reflete as consequências da materialização e organização dos processos produtivos nos diferentes espaços sociais, seja no campo ou na cidade; por outro, os projetos educacionais podem reforçar as estratégias territoriais do capital em se reproduzir ou construir novas alternativas e possibilidades reforçando a relação educação e desenvolvimento. Tal perspectiva é destacada no Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo governo federal em 2008.

Nesse plano, a educação é vista como uma estratégia territorial de desenvolvimento, cuja expressão mais articulada e evidente de seus efeitos é atribuída à educação profissional e tecnológica. De modo específico, as proposições em torno da relação educação – território – desenvolvimento procuram aprofundar as antigas discussões, evidenciando maior influência das instituições de ensino e de seus projetos pedagógicos no ordenamento territorial, nas estratégias locais de desenvolvimento e de sustentabilidade.

O desenvolvimento de um estado está intrinsecamente ligado à qualificação profissional e pessoal da sociedade inserida em seu contexto, sendo assim, é de fundamental importância avaliar a atuação das instituições que promovem esta qualificação. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nasceram com a meta de promover a educação profissional técnica e tecnológica, sendo sua ação sobre a comunidade mais breve e específica que

as Universidades, em função da menor carga horária de seus programas (embora também estejam habilitados a realizar programas de graduação e pós-graduação).

A relevância de avaliar a inserção destas Instituições no meio que atuam, a eficácia de seus programas frente às reais necessidades locais e territoriais existentes, assim como as condições externas e internas que afetam diretamente a sua atuação vêm ao encontro do princípio da melhoria contínua. Segundo princípios da gestão da qualidade, a melhoria de qualquer serviço acontece através da execução do ciclo: planejamento, execução, verificação, aprendizado e controle. Através do encontro das falhas existentes é possível realizar um novo planejamento de forma a corrigi-las para melhorar a qualidade dos serviços ofertados por estas Instituições. Por se constituírem num processo educativo dialógico para a investigação, produção, inovação e a difusão de conhecimentos científicos envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional. Os Institutos Federais requerem um olhar e um pensar a partir das contribuições e das articulações a que se propõem, tendo, desta forma, a necessidade de se investigar as suas formas de atuação e as suas contribuições para o desenvolvimento local e territorial.

Diante disso, foi proposto realizar o presente estudo para que se possa investigar as contribuições/articulações das ações da Gestão do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Santa Rosa frente às demandas locais e do desenvolvimento Territorial. Para isso, ter-se-á como fio condutor, a pesquisa como princípio educativo que se articula com ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir do levantamento de informações que possibilitem resgatar saberes e fazeres, agregando informações para analisar e ressignificar ações das Políticas Públicas articuladas e desenvolvidas pelo Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa no âmbito local e territorial.

2.2. OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho consistiu em compreender o contributo que o *Campus* de Santa Rosa vem dando para o desenvolvimento local e territorial da região Fronteira Noroeste do RS. Para consolidar a proposta de trabalho expressa no objetivo geral, os seguintes objetivos específicos são apresentados:

- Analisar as políticas internas do *Campus* Santa Rosa em relação ao desenvolvimento local e territorial.
- Conhecer a forma como o *campus* Santa Rosa tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do Território em que está inserido.
- Verificar se os projetos, os programas e os cursos oferecidos por este *Campus* estão correspondendo aos anseios da comunidade.

2.3. METODOLOGIA

2.3.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa foi de abordagem qualitativa e de carácter descritivo. Segundo Babbie (1992), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial descrever as características de determinada população, bem como dos processos sociais e realidades vivenciadas e construídas por elas.

Na pesquisa qualitativa, a abordagem incide, principalmente, na descrição ou interpretação do fenómeno tal como ele se apresenta, procurando a sua compreensão da forma mais ampla possível. É fundamentalmente utilizada

quando as variáveis a utilizar dispõem de um grande conjunto de descrições, justificando assim a escolha da abordagem qualitativa nesta pesquisa.

Segundo Ohman (2005), a pesquisa de natureza qualitativa aborda questões mais ligadas às vivências e aos fatos ocorridos com as pessoas e as organizações, evidenciando, dessa forma, os sentimentos e ações inerentes ao ser humano e a sua relação com o meio social. Através da abordagem qualitativa percebe-se a intensidade de um acontecimento e, a partir daí buscam-se novos conhecimentos por meio de opiniões dos integrantes da pesquisa tendo como base as crenças dos participantes e nos dados que o investigador consegue perceber.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser tratados numericamente. Dentre esses dados, exemplificam-se a análise e observação dos sentimentos, percepções, intenções e outros de caráter subjetivos, buscando assim entender um fenômeno específico em profundidade.

Portanto, a partir da natureza subjetiva da pesquisa qualitativa, seus resultados não podem ser apresentados estatisticamente, mas sim, através de uma exposição que enfocam os pontos de vista dos entrevistados.

2.3.2. Estudo de caso

André M. (1995, p. 49), define estudo de caso como o “estudo aprofundado de uma unidade em sua complexidade e dinamismo próprio, fornecendo informações relevantes para tomada de decisão” desta forma, destaca a capacidade desta metodologia. O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Para fundamentar o uso do estudo de caso, podemos recorrer a estudos da literatura existente. Para André M. (1995), a opção pelo estudo de caso vai depender do que o investigador quer conhecer.

O Estudo de caso vem sendo cada vez mais utilizado por pesquisadores sociais, tendo em vista servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) Explorar situações da vida real, cujos limites não estejam bem definidos;
- b) Elucidar situações do contexto em que está sendo feita alguma investigação;
- c) Explicar variáveis causais de determinado acontecimento em situações complexas em que não seja possível a utilização de levantamentos e experimentos.

As vantagens do uso do estudo de caso, segundo André M. (1995), seriam:

- a) Forte elemento de realidade, trazendo facilidade ao profissional envolvido, expor ideias e reflexões da vivência diária dos sujeitos envolvidos na pesquisa;
- b) As conclusões derivadas do estudo de caso podem ser estendidas a diferentes instâncias ou à população estudada;
- c) O estudo de caso possui uma visão global e profunda, permitindo várias interpretações;
- d) Um estudo de caso realizado de forma adequada e estruturada pode servir de base de dados para outras pesquisas;

Dessa forma, o estudo de caso é uma técnica de pesquisa qualitativa que procura abarcar o todo, permitindo um conhecimento amplo e profundo sobre uma determinada circunstância. Nas palavras de Yin (2001, citado por Barbosa, 2017, p. 66), o estudo de caso debruça-se sobre “um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (...)”

A investigação baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir num formato de triângulo”.

2.4. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.4.1. Local de estudo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IF Farroupilha foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que, anteriormente, pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei de sua criação, o IF Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. Tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável e, como visão, ser excelência na formação de

técnicos de nível médio e professores para a educação básica e, em inovação e extensão tecnológica.

Atualmente, o IF Farroupilha é composto pelas seguintes unidades administrativas:

- Reitoria (Santa Maria)
- *Campus* Alegrete
- *Campus* Frederico Westphalen
- *Campus* Jaguari
- *Campus* Júlio de Castilhos
- *Campus* Panambi
- *Campus* Santa Rosa
- *Campus* Santo Ângelo
- *Campus* Santo Augusto
- *Campus* São Borja
- *Campus* São Vicente do Sul
- *Campus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância
- Centros de Referência

A Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderá ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: *Campus*, *Campus* Avançado, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência.

Num total de 38 em todo o país, os Institutos Federais estão presentes nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado.

Fazendo parte da Organização, o *Campus* Santa Rosa, unidade organizacional que será pesquisada, teve sua criação oficial em Brasília no dia 19 de dezembro de 2009 e seu funcionamento foi autorizado em 01 de

fevereiro de 2010, pela Portaria nº 99 de 29 de janeiro de 2010. Em 22 de fevereiro de 2010 iniciaram-se as atividades letivas e no dia 07 de maio desse mesmo ano realizou-se a cerimônia oficial de entrega do *Campus* à comunidade, data esta considerada comemorativa como “o aniversário do *Campus* Santa Rosa”.

O *campus* conta em sua estrutura funcional com a Direção Geral, Direção de Ensino, Direção de Administração, Direção de Pesquisa, Extensão e Produção e Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, além de Coordenações, Setores e Colegiado de *Campus*.

Abrange treze municípios da região Noroeste do RS: Alecrim, Cândido Godói, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. O IF Farroupilha – *Campus* Santa Rosa está organizado em seis Eixos Tecnológicos que abrigam os seguintes cursos:

Cursos Técnicos na modalidade Integrada: Edificações e Móveis; Vendas (Proeja);

Cursos Técnicos na modalidade Subsequente: Alimentos, Edificações, Eletromecânica, Meio Ambiente, Móveis e Vendas;

Cursos Superiores: Bacharelado em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas.

O *Campus* Santa Rosa dispõe de infraestrutura moderna, com laboratórios técnicos e equipamentos de última geração para desenvolver com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além do espaço escolar amplo, o *Campus* busca a sua inserção na comunidade, a partir de parcerias com empresas locais, projetos de pesquisa e de extensão. De acordo com sua concepção legal, o *Campus* destina 50% das vagas para cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para cursos de Licenciaturas, sobretudo, nas áreas de Ciências e Matemática.

Como podemos perceber, o *Campus* Santa Rosa está inserido no Território Fronteira Noroeste do RS, sua abrangência se dá através de treze dos vinte municípios que compõem o Território.

Com relação ao Território Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul ele é composto pelos seguintes municípios: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. Estes municípios abrangem, no total, uma área de 4.691 km², conforme dados do IBGE por município referente ao Censo 2010.

A redução de população no meio rural gera muitos impactos nas produções onde a mecanização ainda não é muito intensiva, com destaque para o setor hortifrutigranjeiro que, se por um lado são alternativas de produção intensivas em utilização de mão de obra, por outro, são intensivas em geração de renda por unidade de área.

Apesar dessas fragilidades, o Território Fronteira Noroeste do RS conta com a participação de várias instituições ou organizações sociais que, na sua maioria, participam ou estão representadas no CODETER.

Atualmente, a agropecuária ocupa destaque no território Fronteira Noroeste, em virtude de sua integração ao setor industrial. As atividades predominantes que envolvem a agricultura e o setor industrial são a produção leiteira e a suinocultura. Neste sentido, existe na região uma bacia leiteira estruturada e com suporte para transformação da matéria-prima, embora com custo na produção muito elevada. Portanto, torna-se necessário fortalecer os sistemas de produção que possibilitem à atividade leiteira gerar mais renda, tornando-a mais viável econômica e ambientalmente sustentável.

No Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS, 2012), o referido território é tratado como Pré-Território Fronteira Noroeste do RS em função de seu estágio inicial de configuração. Diante disso, ressalta-se a importância do presente estudo, tendo em vista a também recente inserção do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa no município de Santa Rosa.

2.4.2.Participantes

Como sujeitos da pesquisa foram considerados os membros do Núcleo Dirigente e do núcleo Técnico do Conselho de Desenvolvimento Territorial – CODETER dos treze municípios de abrangência do IFFAR *campus* Santa Rosa. Participaram no estudo um representante por entidade do Núcleo Dirigente e um representante do Núcleo Técnico do CODETER, num total de 16 (dezesesseis) pessoas, que responderam a uma entrevista semiestruturada.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Fronteira Noroeste é formado pelas entidades a seguir relacionadas e respectivo número de representantes por segmento: 07 (sete) Cooperativas da Agricultura Familiar; 05(cinco)Cooperativas Regionais de Produção e Comercialização; 01(uma) Cooperativa de Energia; 01 (um) grupo de Movimento de Mulheres Camponesas e 01(um) grupo de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais; 02 (dois) grupos de Juventude Rural; 01 (uma) ONG: 01 (um) Oscip; 04 (quatro) Universidades; 02 (duas) Igrejas; 01 (uma) Cooperativa de Crédito Solidário da Agricultura Familiar e 01 (um) Sistema de Crédito Cooperativo.

O núcleo dirigente do CODETER é composto pelas seguintes entidades:

- Prefeitura Municipal de Santo Cristo;
- Prefeitura Municipal de Santa Rosa;
- Prefeitura Municipal de Novo Machado;
- Prefeitura Municipal de Três de Maio;
- Conselho Regional de Desenvolvimento;
- Cooperativa Central da Agricultura Familiar;
- Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil;
- Cooperativa Mista São Luiz.

O Núcleo Técnico é formado por representantes de oito entidades conforme apresenta o quadro 1.

Quadro 1 – Composição do Núcleo Técnico

Entidade	Representante	Setor
Prefeitura de São José do Inhacorá	Romeu Wolfart	Público
Prefeitura de Cândido Godói	Elton Naumann	Público
EMATER	Gilmar Francisco Vione	Sociedade Civil
Instituto Federal Farroupilha - <i>Campus Santa Rosa</i>	Magnus Scheffler	Público
Fundação Educacional Machado de Assis	Antônio Ternes	Sociedade Civil
Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa	André Camargo	Sociedade Civil
Cooperativa Central da Agricultura Familiar Ltda.	Ademir do Amaral	Sociedade Civil
Sindicado dos Trabalhadores Rurais	Vanderlei Airton Schwantes	Sociedade Civil

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2012.

A seleção dos entrevistados foi realizada mediante a indicação do articulador Territorial, sendo um representante por Instituição referente ao Núcleo Dirigente e ao Núcleo Técnico do CODETER, seguindo os critérios delineados pelo pesquisador, tomando como critério um representante por instituição.

2.5. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS A UTILIZAR

Em função dos métodos de investigação, e conforme consta da literatura consultada, as técnicas de recolha de dados que permitem efetivar os

métodos e variam em função do tipo de pesquisa. No caso em concreto do método estudo de caso, os autores Pardal e Correia, referem que:

...o pesquisador pode recorrer a uma grande diversidade de técnicas, fato que tanto pode ser determinado pelo quadro teórico de que se possa ter socorrido e das hipóteses que tenha elaborado, como da especificidade da situação, ou de ambas as condições: inquérito por questionário, entrevista, análise documental, observação participante [...] (Pardal & Correia, 1995, p. 22).

Depois de uma primeira fase em que foi realizada a análise documental, e tendo como base documentos oficiais do IFFAR *campus* Santa Rosa e também do Território Fronteira Noroeste do RS, referentes ao assunto abordado como fundamentação teórica, seguiu-se a coleta de dados, recorrendo ao processo de entrevista semiestruturada (anexo A), constituída por cinco perguntas, as quais versaram sobre a Gestão do *campus* Santa Rosa e sua atuação com o desenvolvimento local e territorial, algumas com alíneas, para permitir aos entrevistados uma maior interação e manifestação sobre o assunto abordado. Os principais tópicos foram: os cursos, os programas e projetos ofertados pelo *campus*, a forma de atuação e sua interação com o desenvolvimento local e territorial. Esta entrevista foi realizada com dez participantes, pois não houve a recomposição do CODETER no último ano devido à troca de governo nas prefeituras.

Nas entrevistas, intencionou-se perceber, principalmente, os sentimentos e opinião dos representantes do Núcleo Dirigente e do Núcleo Técnico do Conselho de Desenvolvimento Territorial – CODETER, a respeito dos fatores que evidenciam o contributo do Instituto Federal Farroupilha, *campus* Santa Rosa, no desenvolvimento local e territorial.

Realizaram-se dez entrevistas individuais, com início no mês de março de 2018, pela pesquisadora. As entrevistas foram agendadas por telefone e, em cada entrevista foram prestados os esclarecimentos e informações acerca dos objetivos da investigação, conforme (apêndice B).

O CODETER da região Fronteira Noroeste do RS, não foi reconstituído desde a sua última gestão, eleita no ano de 2014, portanto, alguns membros deixaram de fazer parte do mesmo, tendo em vista mudanças de gestão nos municípios que têm representatividade no CODETER o que ocasionou a redução de alguns participantes/entrevistados nesta pesquisa.

Do total dos dezesseis entrevistados previstos, dez participaram da pesquisa perfazendo um percentual de 62,5% da população inicial. No intuito de assegurar o anonimato dos participantes, os mesmos foram identificados como “Entrevistado”, elencados como E1, E2, E..., aleatoriamente.

As entrevistas levaram um tempo médio de 25 minutos. Todas as entrevistas foram realizadas em local definido pelos participantes da pesquisa.

Quando da realização das entrevistas semiestruturadas, estas foram feitas de forma que se pudessem ouvir plenamente os participantes (Yin, 2001), podendo ser acrescidas ou alteradas, buscando novas ideias com os entrevistados e permitindo que os mesmos se expressassem livremente conforme fossem sendo abordados os assuntos e também deixando vir à tona novos dados com relevância para o estudo enquanto transcorria a entrevista (Smith, Harré, & Langenhove, 1999). As entrevistas (anexo A) foram realizadas individualmente, em horário pré-definido entre a pesquisadora e os participantes e, em locais apropriados e da escolha dos mesmos. O local da entrevista permitiu que ela fosse realizada de forma calma e tranquila e também sigilosa. O teor das entrevistas foi gravado em áudio, com a permissão dos entrevistados, posteriormente, foram transcritas na íntegra e entregues aos participantes para que eles pudessem ter conhecimento das mesmas e então poder retificar ou retirar alguma parte que não concordavam, ou ainda, acrescentar algo que considerassem relevantes para a pesquisa e que não fora mencionado na entrevista. Após a validação das entrevistas, os registros de áudios foram inutilizados. Sendo que se utilizou um código para cada entrevista, E1 (Entrevistado 1) E2 e assim, sucessivamente. Este código permitiu o anonimato de cada participante.

2.6. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Como procedimento de análise dos dados foi utilizado a análise de conteúdo (Bardin, 2011), buscando compreender a construção de significados e sentidos que os atores sociais exteriorizam no discurso. A análise de conteúdo, como argumentam Laville e Dionne (1999), não segue etapas rígidas e predeterminadas, mas uma reconstrução simultânea de um conteúdo com as percepções do pesquisador com vias possíveis e nem sempre balizadas. Dessa perspectiva, estes autores assinalam que “a análise de conteúdo consiste em demonstrar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (Laville & Dionne, 1999, p. 214).

Minayo (2007) relata que a análise de conteúdo é uma expressão recente. Surgiu nos Estados Unidos, na época da Primeira Guerra Mundial, dentro do campo jornalístico, na Universidade de Colúmbia. Desde o início até os dias atuais esta técnica de análise teve sua evolução perpassada por períodos de aceitação e de negação, despertando, ainda hoje, contradição e questionamento.

Entretanto, assim como toda técnica de investigação, procura proporcionar aos investigadores um meio de apreender as relações sociais em determinados espaços, de uma forma apropriada ao tipo de problema de pesquisa proposto.

Minayo (2007, p. 100), fala que a análise de conteúdo “visa a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”. Através dela espera-se compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem. Na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, em que o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (Caregnato & Mutti, 2003).

Assim, Bardin (2004, p. 26-27) conceitua:

Análise do conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo (...); é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo constitui-se em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. Mesmo assim, ela vai depender, especificamente, do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve e do corpo teórico adotado pelo pesquisador, bem como do tipo de comunicação a ser analisado (Bardin, 2004; Minayo, 2007; Triviños, 1987).

Para a interpretação das respostas obtidas nas entrevistas realizadas com integrantes do CODETER, utilizamos o quadro abaixo, para a análise do conteúdo, construída a priori, resultante das leituras que realizamos. Este quadro de análise foi sendo reorganizado ao longo do processo e das informações obtidas e se apresenta conforme abaixo:

Quadro 2 – Categorias para análise de conteúdo Bardin (1977)

Categoria	Subcategoria	Descrição
Instituição	Equipe Gestora	Diretrizes e forma de atuação
	Características dos Cursos Ofertados	Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.
	Desenvolvimento	Oferta de uma educação pública gratuita e de qualidade
	Conhecimento	Atuação no tripé fundamental da educação: Ensino, Pesquisa e Extensão.
Desenvolvimento Local e Territorial	Cursos Integrados	Áreas de atuação; Atendimento às demandas dos cursos.
	Cursos Pós-Médios	
	Cursos Superiores	
	Pós-Graduação	

2.7. CONFIABILIDADE E VALIDADE

Para ter confiabilidade é necessário haver uma regularidade no procedimento de execução de um estudo e se chegar a dados de mesmo valor através de várias medições feitas através de procedimentos idênticos.

Em relação à confiabilidade, percebe-se que o resultado final evidenciou a verdadeira intenção das questões postas nas entrevistas. Podemos observar que os entrevistados compreenderam claramente o que se estava perguntando em cada questão. Ao proceder à interpretação das entrevistas, as respostas evidenciaram uma regularidade comum à realidade.

Desse modo, ao serem realizadas outras pesquisas com o mesmo universo de sujeitos entrevistados, cujo tema traga como questão de partida o mesmo objeto desse estudo, provavelmente ocorrerá situação semelhante entre as respostas dadas e, conseqüentemente, os resultados obtidos deverão se aproximar.

Em se tratando de pesquisa qualitativa podemos observar a validade nos seguintes aspectos: validade aparente, onde se produz o tipo de informação desejado/esperado; validade instrumental, que procura a combinação entre os dados fornecidos por um método de pesquisa e aqueles gerados por algum procedimento alternativo, que é aceito como válido; e validade teórica, que se refere à integridade dos procedimentos da pesquisa em termos de teoria.

Procurou-se garantir a validade do estudo desde o seu início e durante as falas com os entrevistados, pelo modo como encaramos as entrevistas deixando os participantes bem à vontade para se expressarem livremente sobre as questões abordadas. A Pesquisadora fazer parte do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial, também foi fator que contribuiu, para realizar os agendamentos e a realização das entrevistas. Também outro fator que contribuiu para a validade do estudo foi à devolução da transcrição das entrevistas aos participantes, para que as pudessem validar.

Buscou-se fazer uma transcrição, em que nenhum detalhe passasse despercebido, sendo de forma clara e rigorosa, por se tratar de critérios de

confiabilidade, para que outros pesquisadores possam repetir este estudo em outros cenários, semelhantes a este.

No decorrer do estudo fomos cuidadosos na recolha dos dados e, posteriormente, na sua análise.

Outro fator que contribui para a confiabilidade e validade da pesquisa foi a mesma ter sido submetida e aprovada pelo comitê de ética na pesquisa, através da Plataforma Brasil.

Portanto, a confiabilidade e a validade são características muito importantes a serem observadas na pesquisa qualitativa. Ter elementos que comprove ser a investigação desenvolvida uma contribuição às instituições e, de forma mais específica ao IFFAR *campus* Santa Rosa, conferem à pesquisadora a certeza de que objetivos e metodologia dialogaram com acerto no percurso do estudo.

Manter a uniformidade no modo de proceder em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, adotando referências coerentes aos assuntos abordados, foi um critério essencial para buscar a validade da pesquisa.

3. **CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Importante se faz lembrar que, no presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abordando tópicos importantes relacionados ao tema em questão. Também se utilizou de uma pesquisa documental para compreender melhor a realidade, mais precisamente, na dimensão didático-pedagógica do IFFAR *campus* Santa Rosa. Finalmente, realizou-se o estudo de caso envolvendo como participantes, representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial Fronteira Noroeste do RS.

Na pesquisa documental, buscou-se demonstrar as diretrizes para funcionamento da Instituição da oferta dos cursos, dos projetos e do funcionamento dos núcleos, através do PDI. Para que pudéssemos esboçar a forma de atuação da gestão, outra vez nos debruçamos sobre o PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional. Já com relação à oferta e demanda dos cursos, buscou-se auxílio nos PPIs, Projetos Pedagógicos Institucionais e na legislação vigente.

Antes de iniciar a apresentação e análise dos dados das entrevistas pelo método da análise de conteúdo (Bardin, 2011), abordaremos sobre a forma de atuação da Gestão do *campus* Santa Rosa, os projetos realizados e também faremos uma breve contextualização dos Cursos, como surgiram suas demandas e quais os objetivos a que se propõem, o que nos permitirá dialogar, de forma mais concisa, com as respostas dos entrevistados. As perguntas foram classificadas e analisadas de acordo com os temas e objetivos, subdivididas em categorias (quadro 2).

3.1. CONHECENDO O *CAMPUS* SANTA ROSA E SUA FORMA DE GESTÃO

Com a posse dos primeiros servidores docentes e técnicos administrativos, em 26 de janeiro de 2010, tiveram início as atividades educacionais no *campus* Santa Rosa. Portanto, esse é um *campus* ainda novo, tendo iniciado a oferta de Educação Profissional e Tecnológica numa instituição com origem recente, o Instituto Federal Farroupilha, ou seja, quase tudo precisou ser criado, planejado e organizado para se adequar aos objetivos gerais e específicos do Instituto Federal Farroupilha.

Tem como fonte norteadora de sua atuação, o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, onde nele constam as diretrizes a serem seguidas pelo período de quatro anos. Atualmente, o PDI vigente é o que compreende o período 2014 - 2018.

Com base no PDI/PPI é que foram criados todos os projetos pedagógicos de curso (PPC) do *campus* Santa Rosa. Cada *campus* do IFFAR apresenta suas especificidades exigindo a organização da gestão de forma a contemplar as Diretrizes Institucionais já estabelecidas no PDI e, ao mesmo tempo, garantir o início da criação de uma identidade específica, no caso do *campus* Santa Rosa esta especificidade está voltada para a área industrial.

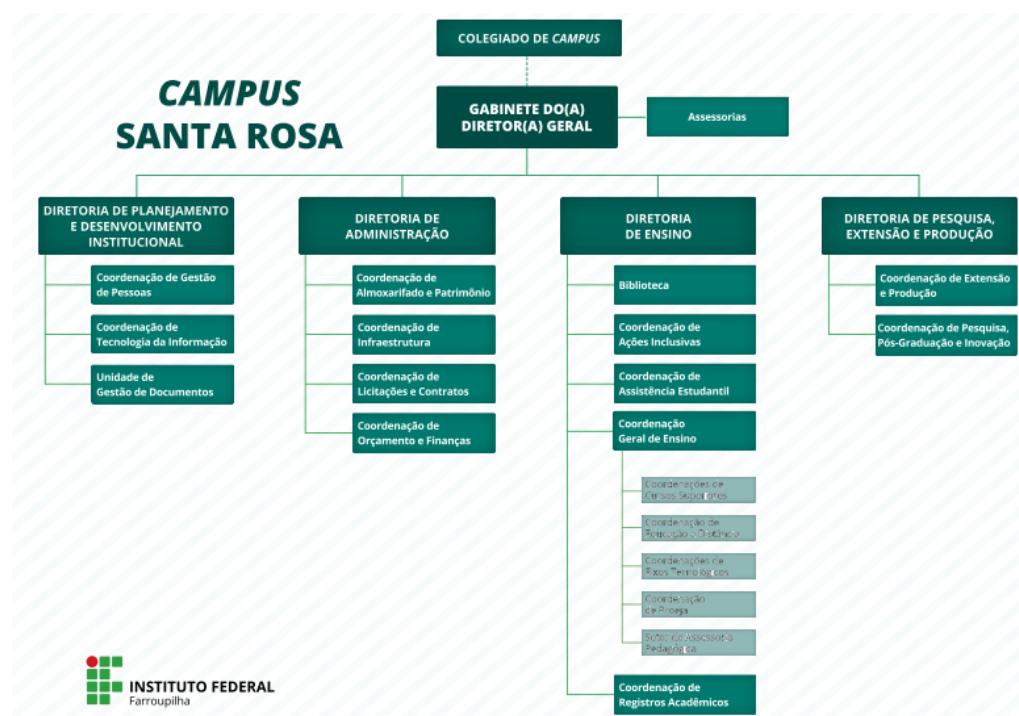
Dessa forma, a Gestão do *Campus* Santa Rosa, por meio de suas Direções (Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção, Administração e Planejamento e Desenvolvimento Institucional), suas Coordenações e Setores, conforme Organograma, Figura 1, segue o processo inicial de planejamento, implementação, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento das ações voltadas à oferta de um ensino público gratuito e de qualidade, de acordo com as diretrizes do PDI institucional e as demandas levantadas através de audiências públicas em âmbito local e territorial.

De acordo com o PDI:

A gestão está relacionada com a condução, direção e governança. Significa pensar e dirigir de forma abrangente o conjunto complexo de uma instituição por intermédio da prática efetiva da administração.

O bem comum almejado pela Gestão Central do *campus* Santa Rosa é o atendimento qualificado ao educando proporcionando todas as ações necessárias para a concretização dos projetos pedagógicos dos cursos e a formação integral dos educandos através da integração entre a formação básica e a formação específica. Por esse motivo, a forma de Gestão (planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação) está imbricada diretamente na formação do educando, procurando contribuir com isso para o desenvolvimento, seja ele, no âmbito local ou territorial.

Figura 1 – Organograma do *campus* Santa Rosa



Fonte: site institucional

3.2. OS CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS SANTA ROSA - UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com os incisos I e VI da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008)), compete aos Institutos Federais, para além de outras tarefas:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e;
- ministrar em nível de educação superior.

Relativamente a este nível de formação, o inciso VI refere:

Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

De acordo com Art. 8º, os Institutos Federais deverão atentar para os seguintes critérios: no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por

cento) de suas vagas para atender a oferta de cursos técnicos integrados e, o mínimo, de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender a oferta de cursos superiores e bacharelados, bem como as pós-graduações.

Com base na legislação vigente e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, o IFFAR *campus* Santa Rosa, mantém a equidade na oferta de seus cursos primando sempre por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A seguir, abordaremos os cursos (superiores; técnicos subsequentes presenciais e EaD; técnicos integrados) ofertados no *campus* Santa Rosa, tomando como base os PPCs inerentes a cada modalidade.

3.2.1. Os Cursos Superiores

Os Cursos superiores que são ofertados no IFFAR se caracterizam pelas modalidades de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados.

Os cursos tecnológicos são graduações de nível superior que têm como característica o estudo aprofundado de uma determinada área, por isso, a carga horária é menor em relação a bacharelados e licenciaturas, podendo variar conforme o curso escolhido.

Os profissionais formados nas licenciaturas são aptos a trabalhar em ambientes educacionais, em todos os níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior).

Já os bacharéis, são habilitados para atuarem profissionalmente na área de sua formação, recebendo sólida instrução (teórica e prática) e suporte científico.

Para os cursos superiores, anualmente, são ofertadas de 30 a 35 vagas na modalidade presencial.

Curso Superior - Bacharelado em Administração: O Curso surgiu a partir da necessidade constatada através de pesquisas realizadas com a população.

Inicialmente, o projeto pedagógico do curso foi planejado com ênfase em gestão industrial, devido à cadeia produtiva industrial estabelecida na região. Mas, ao longo do tempo percebeu-se que a demanda pelo curso era originado pelo interesse também de pessoas de outros segmentos. Assim, conjuntamente com o *Campus* Júlio de Castilhos foi dado início à construção de um novo documento similar ajustando e concebendo novos componentes curriculares visando à construção de um curso mais dinâmico e moderno, para atender os anseios da comunidade. Tem como objetivo formar profissionais em Administração com sólida formação teórica e prática, voltados à viabilidade e sustentabilidade das organizações, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências de gestão e liderança.

Curso Superior Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo: sua implantação nasceu a partir da constatação de que Santa Rosa apresenta o maior PIB da região Noroeste do Estado, segundo dados da Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa. Sua economia tem, atualmente, na indústria a sua base econômica. Numa região reconhecidamente agrícola, a realidade econômica local vem sofrendo mudanças surpreendentes devido ao empreendedorismo e, principalmente, ao potencial dos recursos humanos, infraestrutura, logística e a geração de oportunidades e de investimentos. Tem como objetivo assegurar a formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.

Curso Superior – Licenciatura em Ciências Biológicas: neste início de século, os avanços na área de Biologia têm sido cada vez mais evidentes e relevantes. Nos tempos atuais, temas como transgênicos, DNA, clonagem, efeito estufa, além de outros, fazem parte do cotidiano das pessoas, o que demonstra a

dimensão alcançada por esses avanços na área dos conhecimentos biológicos. Neste sentido, a educação assume um papel relevante na formação de cidadãos comprometidos com as mudanças que se fazem necessárias. Desse modo, o ensino de Biologia adquire importância, uma vez que possibilita conhecer e compreender os fenômenos do mundo vivo na sua complexidade, assim como contribuir para o desenvolvimento sustentável. Tem como objetivo geral formar professores-pesquisadores criativos, críticos e reflexivos pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com competências e habilidades para atuar nos componentes de Ciências Naturais, no Ensino Fundamental e Biologia, no Ensino Médio, comprometidos com a qualidade de ensino na Educação Básica e empenhados na preservação e melhoria da qualidade de vida do Planeta.

Curso Superior - Licenciatura em Matemática: Nasce da necessidade conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, de um maior investimento na Educação Básica, buscando proporcionar uma melhoria global do nível da Educação no Brasil. No entanto, para que haja um efetivo desenvolvimento tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, torna-se necessária a presença de um profissional de ensino qualificado e competente, que esteja habilitado na Área de Matemática e suas Tecnologias. Tem como objetivo formar profissionais qualificados, capazes de atuar na Educação Básica e, em outros espaços educativos, formais ou informais. Bem como de prosseguir seus estudos na pós-graduação, possibilitando a formação de cidadãos com embasamento teórico-metodológico e de futuros professores com capacidade de posicionarem-se de maneira crítica, criativa, responsável, construtiva e autônoma no processo escolar e social.

3.2.2. Os cursos técnicos subsequentes presenciais e EaD

A Educação Profissional e Tecnológica, sustentada, tecnicamente, pela expansão do desenvolvimento tecnológico e, também, pelo reconhecimento do benefício social à educação, expandiu-se rapidamente. Surgiu então, a necessidade dos Cursos Subsequentes, que se traduzem em uma forma mais rápida para atender a democratização ao acesso à educação e às demandas de profissionalização impostas aos cidadãos que procuram o mundo do trabalho. Esta modalidade é sustentada pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), surge nos moldes da educação tradicional/presencial e EaD. Na Modalidade EaD, para aqueles que não poderiam participar dos processos de ensino e aprendizagem regular, ou seja, presencial.

No IFFAR *campus* Santa Rosa são ofertadas, anualmente, de 40 a 50 vagas de cursos no regime EAD, sendo eles: Técnico em Administração, eixo tecnológico, gestão e negócios; Técnico em Alimentos, eixo tecnológico ambiente e saúde; Técnico em Meio Ambiente, eixo tecnológico ambiente e saúde e Técnico em Vendas, eixo tecnológico gestão e negócios. Já no regime presencial são ofertadas 35 vagas, anualmente, nos cursos: Técnico em Alimentos, eixo tecnológico produção alimentícia; Técnico em Eletromecânica, eixo tecnológico controle e processos industriais; Técnico em Meio Ambiente, eixo tecnológico, ambiente e saúde; Técnico em Móveis, eixo tecnológico, produção industrial; Técnico em Vendas, eixo tecnológico gestão e negócios e Técnico em Edificações, eixo tecnológico infraestrutura.

Entende-se que a oferta dos cursos Subsequentes nas modalidades Presenciais e EaD possibilitam o acesso a melhorias nas condições de inserção social, econômica, política e cultural a cidadãos que, em sua maioria, já atuam no mercado de trabalho. A criação desses cursos visa atender a necessidade de qualificação existente em Santa Rosa e seus entornos regionais, em consonância com o resultado das audiências públicas que foram realizadas

nos municípios da região, quando foi construído o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, no início de 2009.

3.2.3. Os cursos técnicos integrados

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Farroupilha se dá em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. Esta oferta também ocorre em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, propostas pela Resolução CNE/CEB nº 06 de 20 de setembro de 2012 e, em âmbito institucional, com as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e demais legislações nacionais vigentes. O Projeto Pedagógico de Curso, no Instituto Federal Farroupilha, é planejado à luz desta legislação educacional vigente e, principalmente, é revelado como projeto de ação do Plano Pedagógico Institucional, sendo continuamente revisitado, para afirmar a construção coletiva, o valor e o significado para cada sujeito e para a comunidade educacional. No Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha destaca como um de seus objetivos, proporcionar uma formação humanística, integral, na qual os conhecimentos partam da prática social e que a ela retornem transformando-a, uma formação que contemple os processos de aprendizagem profissional integrada. Assim, nessa forma de educação profissional, são contemplados os conteúdos de Formação Técnica e os de Formação Geral, de maneira contextualizada, procurando desenvolver metodologias e práticas educativas integradoras do teórico-prático e complementadoras do saber-fazer.

Os eixos dos cursos Integrados ofertados pelo *campus* Santa Rosa se apoiam no amplo campo de trabalho que se abre com a iniciativa do Governo

Federal, Estadual e comunidade local em priorizar projetos de desenvolvimento local e regional. A maior competitividade, por parte das empresas, vem provocando novas exigências nos perfis profissionais, aliada à aplicação de novas tecnologias no processo produtivo, isso torna fundamental a qualificação da mão de obra. A partir de consultas públicas, delimitou-se a vocação do IF Farroupilha-*Campus* Santa Rosa, em função da demanda local por formação profissional, nas áreas a seguir especificadas: Curso Técnico em Edificações, eixo Infraestrutura; Curso Técnico em Móveis, eixo Produção Industrial; Curso Técnico em Vendas PROEJA, eixo Técnico em Vendas.

3.3. PROJETOS DESENVOLVIDOS NO *CAMPUS* SANTA ROSA

Destacam-se, no Quadro 03, projetos e modalidades de ações desenvolvidas pelo IFFAR - *Campus* Santa Rosa (RS) voltados ao desenvolvimento local/regional.

Quadro 3 – Projetos e modalidades de ações desenvolvidas pelo IFFAR *Campus* Santa Rosa (RS)

Projetos	Modalidade
Levantamento Arquitetônico da Comissão de Terras e Colonização.	Pesquisa científico
Glossário de LIBRAS de termos técnicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Curso Técnico em Móveis.	
Art. Déco em Santa Rosa: O caso das edificações produzidas pela Construtora Medaglia na Avenida Rio Branco.	
Inovações Tecnológicas nos processos de análise de <i>performance</i> e gestão estratégica organizacional: Uma perspectiva em empreendimentos Industriais da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.	
Propostas didáticas alicerçadas em recursos e metodologias de ensino que proporcionem a construção do conhecimento matemático.	
Gestão, ambiente econômico e desenvolvimento: um enfoque em organizações consumo de bens e serviços e crescimento.	

Análise da qualidade dos tijolos ecológicos fabricados a base de argila e erva mate.	Pesquisa Tecnológico
Utilização do descarte de areia refratária em argamassa de revestimento.	
O Porongo (<i>Lagenaria siceraria</i>) como matéria-prima no <i>design</i> de superfície aplicado a móveis e ambientes.	
Maquetes para atividades Didáticas Inclusivas.	
A marchetaria como alternativa de reutilização de resíduos da Indústria moveleira.	
Estudo da Impermeabilização e compactação em camadas de solo utilizando borra residual.	
Massa fina Impermeabilizada com incremento de pó residual.	
Viabilidade de bactérias probióticas e atividades antioxidantes em bebida láctea com adição de aveia.	
Água para Vida.	
Sobretelha residual de rejeitos domiciliares.	
Composição química e qualidade sensorial de snack de batata doce biofortificada.	
Análise das Práticas e Processos de Gestão Estratégica de Pessoas.	Ensino
Experiência de Gestão Participativa na Política de Assistência Estudantil	
Produção e Organização de Material Didático para o Ensino de Biologia	
Bandas do IFFar Santa Rosa.	
Danças tradicionais: “Grupo Sentinela Farroupilha”	
Projeto FOCO: a aproximação entre alunos principiantes, formandos e recém-formados como forma de estímulo à permanência e êxito.	
Educação <i>On-line</i> : aprimorando conhecimentos em Segurança do Trabalho.	
Hipertensão Arterial Sistêmica e os efeitos na saúde do adolescente.	
Libras Básico.	
Saúde do Adolescente: Implantação da Caderneta do Adolescente.	

3.4. DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDET FRONTEIRA NOROESTE DO RS

Para Buarque (2002, p 10), o desenvolvimento local consiste em um processo que surge a partir de unidades territoriais e/ou de grupos de

peessoas, com o propósito de promover dinâmicas locais que levem a melhoria da qualidade de vida de uma população:

processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

No intuito de buscar parcerias, divulgar sua atuação e participar ativamente de contruções conjuntas para o melhoramento do desenvolvimento local e territorial sustentável, o IFFAR *campus* Santa Rosa, tem pautado suas ações de acordo com o PDI. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 - 2018), as ações de Ensino, pesquisa e de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha constituem-se num processo educativo dialógico para a investigação, produção, inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional.

O Programa de Desenvolvimento Institucional também destaca a importância da extensão como um espaço onde os sujeitos dialogam e partilham informações, constroem conhecimentos e produzam novas tecnologias que podem atender demandas da sociedade. Assim sendo, ensino, pesquisa e extensão se articulam e permitem a aproximação da instituição com a comunidade externa.

O Instituto Federal Farroupilha, *campus* Santa Rosa, com a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica através do desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável, para ampliar e concretizar sua missão

concorreu ao Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº11/2014, com o Projeto “Implantação e manutenção de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Território Fronteira Noroeste do RS”, que teve como objetivo central organizar um Núcleo de Referência em Extensão Territorial tendo como sede o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *Campus* Santa Rosa. O fato de Santa Rosa ser cidade polo da Região Fronteira Noroeste do RS possibilita o desenvolvimento de ações de ensino, extensão e de pesquisa para assessorar, acompanhar e monitorar iniciativas relacionadas ao programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário: Programa Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Os resultados dessa parceria resultaram na implantação do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial Fronteira Noroeste – NEDET, tendo como sede o *campus* Santa Rosa. O Núcleo esteve atuante no período compreendido entre dezembro de 2014 a fevereiro de 2017, período este, que inúmeras ações voltadas à comunidade interna e externa foram realizadas, favorecendo a promoção do desenvolvimento tanto no âmbito local quanto territorial. Algumas ações, conforme as citadas a seguir, merecem destaque e corroboram com a opinião dos entrevistados, que afirmam ser de grande importância a aproximação do IFFAR *campus* Santa Rosa com a comunidade, fortalecendo as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- Reuniões para busca de informações sobre a composição, funcionamento e agenda de ações do Colegiado.

Esta ação permitiu ao IFFAR *campus* Santa Rosa a aproximação e o conhecimento dos membros que faziam parte do CODETER, bem como tomar conhecimento de sua agenda de ações e também “abrir” as portas do *campus* aos olhares externos a uma entidade de grande importância na articulação do desenvolvimento.

- Encontro com pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha para apresentação do projeto e articular o

desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao Projeto no âmbito local e territorial.

O objetivo maior a ser alcançado por esta ação foi o de organizar o Núcleo de Referência em Extensão Territorial, tendo como base-sede o Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa, sendo que as atividades realizadas reforçaram a importância de quando a pesquisa e extensão andam juntas, o desenvolvimento sustentável poderá ser alcançado.

- Realização de reuniões de Núcleos Diretivos.

Estas ações permitiram a articulação entre a Gestão do *campus* e o Núcleo Diretivo do CODETER, fortalecendo e integrando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão com a comunidade externa.

- Realização de reuniões de Comitês Setoriais e Câmaras Técnicas do Colegiado territorial.

Buscou-se possibilitar que cada Câmara contribuísse com subsídios nas suas áreas para as decisões do Núcleo Dirigente. A Câmara tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial.

- Publicação de artigos científicos em eventos e produção de um livro e caderno temático com práticas de sustentabilidade no âmbito do território, culminando com a realização da Feira de Economia Solidária e realização do Circuito “Tela Verde” na sede de cinco municípios do Território.

Foram de grande repercussão tanto no âmbito local como territorial estas atividades, pois possibilitaram levar além dos portões do *campus* o conhecimento e práticas realizadas por integrantes do NEDET, estudantes e professores que atuam no eixo de meio ambiente, dos cursos subsequentes a alunos e comunidade externa de vários municípios pertencentes ao Território Fronteira Noroeste do RS.

Da parceria firmada entre o CODETER e o IFFAR *campus* Santa Rosa, todas as ações acima elencadas propiciaram aos entes envolvidos a:

- Produção de dados e informações: Geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais, monitoramento de projetos, avaliação e prestação de assessoria técnica aos Colegiados Territoriais.
- Diversos aspectos dos processos de Gestão Social: A efetivação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável e de Inclusão Produtiva nos Territórios, a realização de plenárias, reuniões do núcleo de direção e de comitês e câmaras técnicas.
- Fortalecimento da Gestão Social: Através da revisão e sistematização do PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, para a realização de diagnósticos e elaboração de proposta para programas e projetos a serem executados pelo colegiado com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e SDT.

3.5. OLHARES EXTERNOS – DIALOGANDO COM INTEGRANTES DO TERRITÓRIO FRONTEIRA NOROESTE DO RS

Olhares externos se fazem necessários, na medida em que uma instituição tem como missão proporcionar uma educação pública, gratuita e de qualidade. Dialogar com integrantes do Território em que o IFFAR *campus* Santa Rosa está inserido, além de ser uma grande oportunidade de crescimento para saber de suas potencialidades é também momento oportuno de rever procedimentos e condutas que possam estar fragilizando ou, até mesmo, colocando em risco a permanência da Instituição no seu território de abrangência. A forma que a Gestão do *campus* Santa Rosa conduz o processo de ensino, pesquisa e extensão se traduzem nas oportunidades trazidas aos educandos a cada ano letivo, porém, para que saibamos se estamos no caminho certo se faz necessário ter um olhar externo

e dialogar com representantes da comunidade, para saber se as demandas da comunidade local e territorial estão sendo atendidas de forma satisfatória.

Ao abordar as considerações iniciais nas suas entrevistas, os participantes do CODETER, assim denominados “ E 1” , “E2” , ‘E3” , E4” , “E5” , E6” , “E7” , “E8” , “E9” e “E10” , evidenciam em suas falas, que o IFFAR *campus* Santa Rosa está atendendo, de forma concreta, através de sua gestão, a interação com a sociedade e fortalecendo o desenvolvimento local e territorial por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão e parcerias com outras entidades. Os cursos ofertados estão em conformidade com o demandado nas audiências públicas, o que corrobora para que haja a concordância entre a grande maioria dos entrevistados, que este é um fator relevante para o desenvolvimento local e territorial, uma vez que, as demandas da comunidade foram atendidas, e hoje, os alunos formados pelo IFFAR *campus* Santa Rosa estão podendo atuar em seus locais de origens, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da região. Porém, há algumas ressalvas feitas em relação à comunicação e divulgação da atuação do IFFAR *campus* Santa Rosa, as quais serão abordadas e comentadas no decorrer deste estudo.

O IFFAR *campus* Santa Rosa tem uma grande capacidade de articular com outras entidades na questão do Ensino, Pesquisa e Extensão e isso, com certeza, gera desenvolvimento no espaço territorial. Políticas públicas são discutidas no âmbito do território e o IFFAR proporciona o espaço ideal para essas discussões (Participante E1).

A permanência do IFFAR *campus* Santa Rosa, como entidade parceira possibilita articulações entre as diferentes entidades que representam a região e isso permitirá dar continuidade ao desenvolvimento sustentável da região (Participante E2).

Criar mecanismos para a formação do Cidadão para atuar no mercado de trabalho, de forma qualificada, promovendo o desenvolvimento local e territorial é a preocupação maior evidenciada pelo IFFAR *campus* Santa Rosa e

abordada por Silva *et al.* (2009), quando enfatiza sobre a oferta de uma educação que propicie o desenvolvimento local, regional e de um País:

A oferta educativa, em tese, deve estar voltada para diferentes setores econômicos destacando sua estruturação a partir daquilo que se torna necessário para o desenvolvimento local, no território de abrangência do Instituto e, conseqüentemente, contribuindo também para o desenvolvimento da região e do país.

Com vocação para o setor agrícola a Região Noroeste do RS, é considerada o berço nacional da soja, mas também conta com uma boa infraestrutura para a produção a partir da agricultura familiar, onde se destacam as agroindústrias e o cultivo de hortifrutigranjeiros.

Nosso município tem perfil agrícola e sobrevive da agricultura familiar e importante se faz a educação ofertada através do Ensino da Pesquisa e da Extensão proporcionado pelo *campus* de forma integrada com outros *campus* do IFFAR, como por exemplo, o *campus* Santo Augusto, que é um *campus* Agrícola o que permite um trabalho voltado para o desenvolvimento territorial (Participante E2).

Grupos de trabalho, foram criados a partir da integração entre o IFFAR *campus* Santa Rosa, *campus* Santo Augusto e a EMBRAPA, como foi o caso do sistema de cultivo da batata doce. Este sistema de produção resume várias tecnologias que podem incrementar a produção da batata-doce e melhorar a qualidade do produto ofertado aos consumidores

Interessante se faz olhar as instituições como parceiras não cada uma por si, mas umas em função das outras. Criar grupos de trabalhos se faz necessário para discutir o desenvolvimento regional (Participante E3).

Como se pode perceber da estrutura ‘multicampi’ dos Institutos Federais, ela favorece a aproximação e uma atuação mais efetiva nos territórios de suas abrangências. Tem como missão intervir na realidade local e territorial,

identificando problemas e criando soluções apropriadas que promovam o desenvolvimento sustentável com inclusão social. A este propósito lembramos o inciso I do art. 6º da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), que se refere, às finalidades e características dos Institutos: são as de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

As ações da Gestão do *campus* Santa Rosa vêm se preocupando e criando mecanismos para consolidar as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão através da parceria entre o CODETER, que detém várias representatividades de organizações, local e territorial. O IFFAR *campus* Santa Rosa, está atento para o conjunto de fatores que contribuem significativamente para o propósito almejado, que é o desenvolvimento sustentável em âmbito local e territorial.

A integração de uma Instituição Federal de Ensino aos arranjos produtivos locais de sua área de atuação é medida fundamental, trazendo-lhes benefícios imensuráveis, como por exemplo, a geração de receita, o fortalecimento e uma maior integração da Instituição com a comunidade empresarial (Guarniere & Santos, 2000).

Continuamos com o art. 6º da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), relembando que o inciso IV aborda a importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento local, quando orienta sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Através do ensino, pesquisa e extensão o IFFAR *campus* Santa Rosa buscou consolidar suas bases para um ensino de qualidade, voltado para o desejo e as necessidades da comunidade local e territorial, pois quando da concepção na oferta dos cursos a serem ministrados, a comunidade participou ativamente, através de audiências e consultas públicas, conforme fica evidenciado no

relato que fizemos ao abordar a justificativa de implantação de cada curso nos PPIs. Ainda com relação às ações de ensino, pesquisa e extensão, o participante E1 assim se manifestou:

Do ponto de vista do ensino da pesquisa e extensão o *campus* Santa Rosa tem acolhido as demandas do território, com condições de atender estudantes de escolas públicas, grupos que talvez em outros espaços não pudessem manter seus estudos, portanto, sendo de vital importância essa Instituição.

O *Campus* Santa Rosa é um espaço público que possibilita à comunidade pautar demandas que talvez em outros espaços não pudessem ocorrer. Apesar das dinâmicas de cada governo que variam muito, o *campus* se traduz num espaço permanente onde pode ocorrer a continuidade dos debates e das articulações gerais do território, sendo uma fonte de coleta confiável e também uma forma de oferecer estudos a comunidades favorecendo ao desenvolvimento sustentável das gerações.

Quanto à implantação de novos cursos a área ligada à alimentação é vista como um novo potencial a ser explorado pelo *campus*, conforme mencionado pelo participante E1:

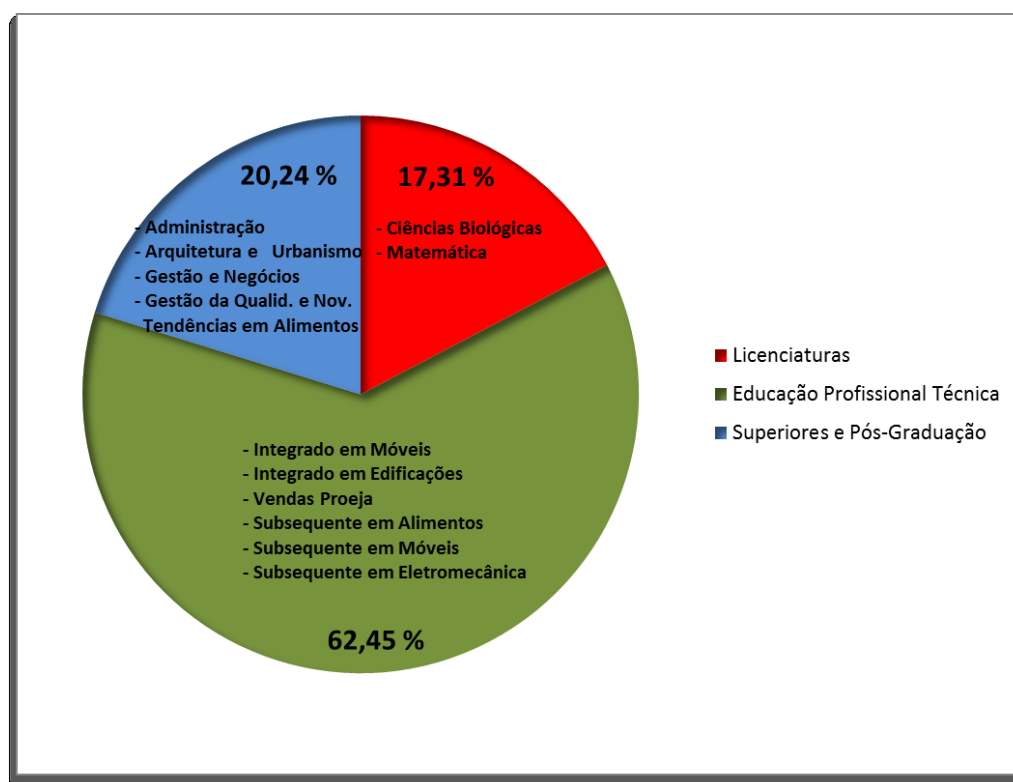
Uma área que está em amplo crescimento é o da alimentação saudável e o IFFAR *campus* Santa Rosa tem grande potencial para explorar ainda mais essa área, ofertando um curso superior bem como uma pós-graduação.

A Lei n. 11.892 de dezembro de 2008, traz em seu texto a necessidade do atendimento, por parte dos Institutos, de um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) ser atendido com educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos e 20% (vinte por cento) para os cursos superiores de Tecnologia, Licenciaturas, Bacharelado e Pós-graduação.

Atualmente, conforme apresenta-se no gráfico a seguir, este percentual encontra-se repetido, podendo na medida em que novas demandas surgem

da comunidade local e territorial ser alterado e ir se apropriando de novas modalidades de cursos, como é o caso dos cursos superiores de tecnologias e as pós-graduação. A demanda por cursos na área de alimentos já foi objeto de demandas anteriores e resultou nos cursos Integrados e Subsequentes de Alimentos que hoje são ministrados no *campus* Santa Rosa.

Gráfico 1 – Distribuição das modalidades de cursos no *campus* Santa Rosa



Com a reformulação da Base Nacional Comum Curricular, algumas alternativas foram pensadas e demandadas pela comunidade acadêmica em consonância com o anseio da comunidade externa. Conduzido pela Gestão do *campus*, suas diretorias e coordenações foram apresentados cenários para as possíveis ofertas de novos cursos nos exercícios seguintes. Com base nas demandas locais e territoriais e, em consenso com toda a comunidade

acadêmica foi aprovada a implantação de um novo curso superior na modalidade de Tecnologia na área de alimentos, bem como, no decorrer dos próximos exercícios uma pós-graduação nessa mesma área, o que vai ao encontro da fala do E1, E2 e E5, que nos falaram do rápido crescimento do mercado na área da alimentação saudável.

Como podemos perceber a gestão do *campus* Santa Rosa mantém desde a sua atuação inicial no *campus* o diálogo com seus parceiros, ou seja, a comunidade interna e externa, para traçar as diretrizes visando abertura de novos cursos.

Os Institutos Federais por serem instituições novas e, em especial, o *campus* Santa Rosa, que tem apenas oito anos de atuação, podem apresentar certas dificuldades, principalmente, no que se refere a questões ligadas à comunicação/divulgação de sua atuação. O desconhecimento pelos gestores de fatores como estes podem criar situações prejudiciais, tanto na esfera interna quanto externa da Instituição, fazendo com que a mesma não tenha seu potencial evidenciado de forma real à comunidade externa.

Por outro lado, tomar conhecimento de que fatores ligados a dificuldades de comunicação e divulgação estão acontecendo é primordial para que a gestão trace métodos e estratégias de forma a sanar as fragilidades apresentadas.

A seguir, o participante E3 evidencia em sua fala questões relacionadas à divulgação e atuação do IFFAR *campus* Santa Rosa.

Acredito que o IFFAR poderia contribuir mais com o desenvolvimento local e territorial. Não sei se por falta de iniciativa das organizações externas demandarem do IFFAR ou se pelo IFFAR não estar chegando até as Organizações. Tem coisas acontecendo, principalmente, no campo da pesquisa, mas não estão sendo perceptíveis, talvez o IFFAR tenha que sair mais de dentro de suas estruturas para demonstrar isso.

O IFFAR *campus* Santa Rosa, procura de forma geral divulgar a comunidade externa suas ações por meio de sua assessoria de comunicação, porém o que

pode estar ocorrendo é que algumas ações fiquem mais em âmbito interno do *campus* e com isso a comunidade externa não esteja acessando certas informações, principalmente no que se refere a pesquisas realizadas e seus resultados.

Ter contado com a implantação do NEDET na instituição, proporcionou uma visibilidade bastante concreta das ações de ensino, pesquisa e extensão, pois estes foram amplamente debatidos e divulgados em âmbito local e territorial, porém dos vinte municípios que compõe o território, o IFFAR *campus* Santa Rosa abrange somente treze, fazendo com que os demais, sintam certa dificuldade de acessarem informações relacionadas à instituição.

Como conheci a instituição somente através do NEDET, acredito que tenha que se pensar uma forma mais efetiva de divulgação da mesma, no âmbito do território, pois pessoas que não fazem parte do NEDET terão dificuldades de saber sobre a forma de atuação e ingresso na mesma (Participante E6).

O NEDET, além de muitas outras ações, proporcionou a aproximação de integrantes de municípios que fazem parte do território fronteira noroeste do *Campus* Santa Rosa, principalmente pelo CODETER. Porém, percebe-se uma limitação deste conhecimento que se estende mais, exclusivamente, a comunidade externa desses municípios. Esta falta de conhecimento se dá provavelmente em função de o IFFAR *campus* Santa Rosa manter interiorizado resultados de estudos e projetos de pesquisa, não externalizando em âmbito de seu território de abrangência os resultados desses trabalhos. A divulgação e a comunicação desses resultados de forma mais eficaz poderiam aproximar as comunidades do IFFAR *campus* Santa Rosa, permitindo assim que o Instituto se torne um centro de excelência conforme previsto na sua visão de acordo com seu PDI 2014/2018.

Ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

Através da parceria com a EMBRAPA é que fiquei conhecendo o *campus* Santa Rosa. Esta Instituição tem um grande potencial, principalmente em seu aspecto de Infraestrutura Física onde pode ser sediado grandes eventos com as entidades parceiras (Participante E7).

Como Instituição, comprometida com um projeto democrático e popular, ocorre a necessidade de ampliar sua abrangência com ações educativas, convênios e parcerias, de forma a permitir e desenvolver com grande eficácia a inclusão social, fundamentada na igualdade econômica e social. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve se materializar nas instituições, pois de acordo com Rays (2003 p 73) é como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca unidade da teoria e da prática”, pois se constitui princípio das atividades fins da Universidade.

Os cursos de extensão ofertados aproximam a comunidade externa do *campus*. Talvez o que se possa é ampliar esta oferta para além do local, ser mais abrangente regionalmente o que tornará o *campus* mais conhecido e mais relevante ao grande número de municípios que compõem o território fronteira noroeste do RS (Participante E8).

Como podemos perceber a extensão traz a oportunidade de aproximação entre o *campus* e a comunidade externa. O que se observa é que na esfera local o *campus* já vem cumprindo de forma satisfatória este quesito. Porém, a expansão de práticas de extensão se faz necessária em nível territorial e, por isso, é importante ressaltar que:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Rocha, 2007).

Conforme os autores existe um fortalecimento da relação universidade-sociedade, quando acontece um desenvolvimento de ações que possibilite contribuições aos cidadãos. Consequentemente, acontecem benefícios às duas partes. A extensão proporciona um saber diferenciado, focado para a sociedade que ganha, também, porque ocorre melhoria na qualidade de vida das pessoas. Para a Instituição desenvolver projetos de extensão propicia o crescimento e o envolvimento efetivo da comunidade externa favorecendo o desenvolvimento local e territorial.

Os cursos que tive conhecimento e oportunidade de participar, através do ensino e da extensão são de grande relevância para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais – APLs. Quanto às pesquisas realizadas não tenho conhecimento de que a comunidade está sendo beneficiada, talvez o que se tenha feito a nível interno, não se tenha divulgado amplamente na comunidade externa (Participante E9).

Atuar através do ensino, pesquisa e extensão pressupõe a indissociabilidade da educação. Percebe-se na fala do participante E9 que a instituição está mais fortalecida nas ações do ensino e da extensão, pelo menos é o que representa a intencionalidade na fala do E9. Novamente trouxemos a questão da comunicação e da divulgação, como um fator preocupante à gestão da Instituição, pois se os resultados das pesquisas não estão chegando até a comunidade externa, algo está em desacordo com o pretendido. A carência da pesquisa dentro do nível superior de ensino prejudica os educandos e a sociedade como um todo, deixando de lado o caminho para um ensino de qualidade, assim:

Sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto do professor que se quer apenas pesquisador, isolando - se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o

reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante (Demo, 2001, p. 51-52).

Para que se tenha êxito na qualidade do ensino é necessário que a pesquisa exerça um papel relevante dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica promovendo uma formação crítica e reflexiva, favorecendo o desenvolvimento social.

A comunidade local e territorial tem hoje a oportunidade de permanecer nesta região, para estudar, entrar no mercado de trabalho e até empreender. Isto se dá em função desta Instituição ter sido reivindicada pela comunidade e esta se ver atendida através dos cursos ofertados. O IFFAR *campus* Santa Rosa, ainda é uma instituição nova, mas tem cumprido sua função, o que talvez fosse importante seria uma maior divulgação de sua atuação, para que o mesmo se tornasse mais conhecido regionalmente (Participante E10).

Percebe-se mais uma vez na fala do participante E10, que o *campus* Santa Rosa mantém uma coerência desde a sua implantação até os dias atuais nas suas propostas, seja pela oferta dos cursos regulares e/ou pela oferta de cursos de curta duração, como, por exemplo, os cursos de extensão. Inúmeras oportunidades foram proporcionadas pelo NEDET, através de seminários regionais, eventos para a juventude rural e oficinas para mulheres. A comunidade se ver representada através dos cursos ofertados pelo *campus*, consolida a Instituição como um ente integrador, criador de oportunidades para o crescimento e fortalecimento do desenvolvimento local e territorial, cujos objetivos e finalidades vão ao encontro da função primordial dos Institutos Federais que são os de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade.

3.6. CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NAS ENTREVISTAS EXPOSTOS ATRAVÉS DA MATRIZ SWOT

Em razão da necessidade de verificação da situação de uma Instituição em seu ramo de atuação, assim como, do entendimento da razão de sua posição, pontos fracos e fortes a serem visualizados, as ameaças e oportunidades que devem ser levantadas é que surgem ferramentas gerenciais de análise capazes de caracterizar a estrutura de uma organização, dentre elas, pode se citar a Matriz SWOT (Alves, Rezende, Oliveira, Drees & Figueiredo, 2007).

A análise SWOT é uma das várias ferramentas utilizada para elaboração do planejamento estratégico, ainda na década de 70, o conceito SWOT, começou a se popularizar, a partir de uma conferência sobre política de negócios, realizada por Kenneth Andrews em Haward. No entanto, o planejamento contempla a relação entre as condições externas e internas (Tavares, 2010, p. 20). Assim, Tavares (2005) conceitua o termo SWOT da seguinte forma:

[...] o conceito de SWOT – forças (*Strengths*), fraquezas (*Weakness*), oportunidades (*Opportunities*), ameaças (*Threats*), ou em sua tradução FOFA, relacionando em ordem diferente os mesmos significados,[...]. Nesse enfoque, o planejamento contempla a relação entre as condições externas e internas (Tavares, 2005, p. 39).

Figura 2 – Matriz Swot. Fonte: Adaptado de Tavares (2005, p. 39)



Contudo, a partir da matriz SWOT, pode-se estudar as forças e fraquezas internas da organização e ameaças e oportunidades do mercado externo, buscando diagnosticar suas deficiências e desenvolver metas que a deixe mais resistente e preparada para o mercado competitivo.

É um procedimento que pode contribuir positivamente com as organizações para avaliar, estrategicamente, suas vantagens e desvantagens, posicionando os gestores através da visão de seus pontos fracos e pontos fortes. A estratégia SWOT resume-se em eliminar os pontos fracos em áreas onde existem riscos e fortalecer os pontos fortes em áreas onde se identificam oportunidades.

O objetivo de demonstrar uma consolidação através da Matriz Swot é realizar uma síntese dos pontos relevantes baseados nos relatos das entrevistas e que representam fortalezas e fragilidades, ameaças e oportunidades à Instituição.

Quadro 4 – Análise SWOT

Análise interna	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Cursos ofertados conforme demanda da comunidade local;	Pouca divulgação do IFFAR <i>campus</i> Santa Rosa, na comunidade local e territorial;
Alunos formados pelo IFFAR <i>campus</i> Santa Rosa estão podendo atuar em seus locais de origens;	Falta de interação com a juventude rural. Falta formar os jovens para atuar também no meio rural não só nas indústrias;
Capacidade de articular com outras entidades;	Ação mais efetiva de divulgação dos cursos ofertados;
Favoreceu a construção de diálogo, projetos e assessorias entre as entidades;	Resultados de pesquisas e estudos não divulgados de forma eficiente à comunidade interna e, principalmente, à comunidade externa;
Formação do Cidadão para atuar no mercado de trabalho, de forma qualificada;	Falta de investimento em estratégias de comunicação e divulgação, tanto interna quanto externa.
Boa infraestrutura e localização.	
Análise externa	
Oportunidades	Ameaças
Multissetores, com foco no agrícola;	Com a substituição do governo Federal algumas mudanças ocorreram, inclusive, extinções de alguns órgãos de vital importância, para a região, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT;
Entidades articuladas com o desenvolvimento (CODETER, EMBRAPA, EMATER);	Extinção do NEDET;
Empresas que oferecem Vagas de estágios;	Cortes de recursos;
Uma área que está em amplo crescimento é o da alimentação saudável.	O desenvolvimento de novas tecnologias devem favorecer o desenvolvimento regional e, muitas vezes, a gente não vê isso na região.

Ao analisar os dados expostos na Matriz Swot referente à análise interna, podemos perceber que um dos pontos fortes do IFFAR *campus* Santa Rosa é ter atendido desde a sua implantação as demandas da comunidade local,

através dos cursos ofertados. Todos os cursos para serem implantados foram de forma democrática, dialogados com a comunidade externa através de audiências públicas. Podemos fazer aqui uma ligação com o desenvolvimento local, onde também aparece como ponto forte da instituição ter sido de fundamental importância, para a permanência dos jovens em suas regiões de origem, pois de acordo com Buarque (1999, p. 9), o desenvolvimento local consiste em um:

processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Ainda de acordo com Pacheco (2011, p. 19) os Institutos Federais “assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao Poder Público e às comunidades locais”. Dessa forma, os Institutos Federais contribuem com a redução das desigualdades sociais criando oportunidades para o desenvolvimento, seja ele no âmbito local ou territorial o que é evidenciado pela permanência e atuação dos jovens no mercado de trabalho de suas regiões.

Outro ponto forte a ser destacado é a articulação do IFFAR *campus* Santa Rosa com outras organizações, sejam elas através de convênios, projetos e /ou núcleos, isso se confirma na fala de Pacheco (2010). Os Institutos Federais de Educação têm um diferencial identitário: sua capacidade de articular ensino/pesquisa/tecnologia em sintonia com as demandas local e regional. Sendo assim, existe a necessidade de romper com uma parte histórica de Educação Profissional a qual se restringia à formação de mão de obra - trabalhadores, exclusivamente, para atender as demandas do mercado. Na atual conjuntura dos Institutos e atuando através indissociabilidade do Ensino,

Pesquisa e Extensão, os projetos desenvolvidos possibilitam aos estudantes a integração com a realidade, contribuindo dessa forma para a geração do conhecimento de forma qualificada.

O Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa, conta com uma boa infraestrutura física e localização, outro ponto a ser destacado, apesar de ser ainda um *campus* recente com apenas oito anos. Seu crescimento na área física se deu em função da expansão da rede federal, o que proporcionou ao *campus* receber um volume de recursos orçamentários e financeiros, tanto de capital quanto de custeio, considerados bem expressivos no período compreendido entre 2010 a 2014. Além dos recursos, contar com uma equipe qualificada e comprometida fez uma grande diferença no crescimento do *campus*.

Passamos agora a analisar as fragilidades apresentadas na matriz Swot, sendo que grande parte diz respeito a pouca divulgação do IFFAR *campus* Santa Rosa, na comunidade local e/ou territorial. Os institutos Federais são instituições recentes, criadas a partir da Lei nº 11.892/2008. Apesar da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica começar no Brasil em 1909, quando foram criadas as primeiras escolas de Aprendizes e Artífices, as quais deram origem às escolas agrícolas e, posteriormente, aos CEFETs. Consolidar os Institutos Federais como Instituição que oferta uma educação pública gratuita e de qualidade em várias modalidades de ensino, ainda é uma concepção de questão política da educação brasileira. Nesta esfera, a atuação individual de cada unidade se reveste de uma maior dificuldade no que tange a divulgação de sua atuação perante a comunidade. O *campus* Santa Rosa atua através do ensino, pesquisa e extensão, tem profissionais qualificados tanto na área finalística quanto na área técnica. Desenvolve pesquisas e projetos de ensino com ótimos resultados obtidos, conforme foi o caso do projeto de ensino organoblocos premiado internacionalmente. Porém, ainda apresenta algumas dificuldades quando a questão é relacionada com a divulgação, seja quanto a resultados de estudos, projetos e/ou até mesmo a divulgação dos cursos ofertados. Investir no *marketing* institucional seria

talvez uma estratégia a ser tomada a nível institucional e que seria de fundamental importância, quicá de sobrevivência a todos os *campi* do Instituto.

Ter uma maior aproximação da juventude rural se faz necessário, apresentar condições de permanência e êxito a esses alunos é questão de afirmação para a permanência e fortalecimento dos Institutos Federais.

Ao proceder a análise dos fatores externos que representam ameaças a Instituição, percebemos de imediato que a extinção de órgãos por parte do governo federal, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT, que mantinham convênios com o CNPq e as Instituições de ensino, são fatores bem preocupantes a nível organizacional. Um resultado negativo para o *campus* Santa Rosa foi a extinção do NEDET, Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial, que foi responsável pela articulação de muitas ações para o desenvolvimento local e territorial, favorecendo a aproximação do *campus* com a comunidade externa. Trabalhar estas questões será um desafio para o *campus* que, apesar de contar com uma boa estrutura física e de profissionais, ainda carece de algumas parcerias com entidades representativas da região para, em conjunto, trabalharem questões ligadas ao desenvolvimento local e territorial.

A falta de recursos para investimentos, tanto nas entidades parceiras quanto no próprio *campus*, surge como um fator limitante de muitas ações que poderiam ser desenvolvidas e que impulsionaria o local e o territorial para o desenvolvimento sustentável.

Quando passamos a analisar os fatores externos que contribuem para as oportunidades relacionadas à Instituição, muitos estão ligados aos multissetores que a região apresenta. A região se caracteriza como industrial voltada para o polo moveleiro e da construção civil, mas também abre oportunidades para o setor agrícola, sejam eles, os que representam a agricultura familiar ou, até mesmo, os grandes produtores. Nesse contexto, os jovens que estudam no *campus* têm uma gama de empresas onde podem

realizar seus estágios, sejam eles ligados aos cursos técnicos, subsequentes e /ou superiores.

Vista também como uma oportunidade é o investimento da gestão em ofertar Cursos Superiores de Tecnologia na área de alimentos. Uma área que está entre as mais procuradas atualmente. A oferta de um Curso Superior de Tecnologia em Alimentos numa região que tem grande potencial para empreender gera oportunidades à comunidade local e territorial favorecendo e contribuindo dessa forma para o desenvolvimento sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam através do ensino, pesquisa e extensão promovam o desenvolvimento sustentável, no âmbito de seus territórios de inserção.

Pensar a educação a partir dos pressupostos constitucionais estabelecidos é requisito basilar para qualquer instituição de Ensino. A Educação Profissional e Tecnológica que os Institutos Federais vêm desempenhando desde a sua criação requerem um posicionamento permanente de imersão e articulação com as realidades locais e territoriais de forma a constituir um espaço informativo, propositivo e de interação com as demandas coletivas, favorecendo assim o desenvolvimento sustentável em nível local e territorial.

A Lei n. 11.892 de 29 de dezembro (Presidência da República, 2008), define a forma de atuação dos Institutos Federais e sua interação com o território e também a abrangência de sua autonomia para a criação e extinção de seus cursos. O território é o local geográfico onde se situam os Institutos, tendo como base as mesorregiões, constituídas pela soma de municípios a que pertencem, mas podem ir além delas quando se concebe sua atuação em rede, ou seja, estabelecem sintonia com outras esferas do Poder Público e da sociedade. A forma como os Institutos Federais estão estruturados (estruturas multicampus) facilita a sua vinculação aos territórios em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de mão de obra qualificada, como nos refere Pacheco (2011).

As estruturas multicampus possibilitam aos Institutos Federais a sua vinculação com a região em que estão inseridos, permitindo resposta efetiva as demandas da comunidade. Dessa maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridas no cenário local e regional e permitem a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes (p. 93).

Conhecer a forma que a gestão do *campus* Santa Rosa vem atuado frente às demandas locais e territoriais, para consolidar o desenvolvimento sustentável foi o tema proposto por este estudo.

O *campus* Santa Rosa, desde a sua iserção na Região Fronteira Noroeste do RS tem pautado sua atuação em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais, desenvolve suas ações baseadas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, um plano estratégico que até o exercício de 2018 era realizado para um período de quatro anos. O próximo PDI que está sendo construído será para um período de oitos anos, 2018 – 2026. Para a elaboração do mesmo, conta-se com a participação da comunidade acadêmica e da comunidade externa. Todos os cursos criados desde o seu início de funcionamento foram demandados pela comunidade externa em audiências públicas e, em consonância com a vocação regional.

Portanto, para a consecução dos objetivos propostos, a pesquisa foi aplicada e utilizou a abordagem qualitativa, com caráter exploratório, através da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Foi realizado estudo sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil, mais especificadamente sobre os Institutos Federais. Foram abordados também assuntos referentes à Educação e o Desenvolvimento local e territorial sob a ótica de alguns autores que tratam desses temas. Os resultados foram apresentados e discutidos através da reflexão sobre a análise documental do Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santa Rosa (Leis, PDI, Organograma, Projetos, Convênios) e também do CODETER (PDTRS, Convênios e Projetos) e dos conteúdos transcritos analisados e dialogados com autores referentes às entrevistas realizadas com integrantes do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico do CODETER.

As principais considerações a que chegamos permitem-nos responder aos três objetivos específicos que deduzimos do objetivo geral:

- Analisar as políticas internas do *Campus* Santa Rosa em relação ao desenvolvimento local e territorial;

- Conhecer a forma como o *campus* Santa Rosa tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do Território em que está inserido;
- Verificar se os projetos, os programas e os cursos oferecidos por este *Campus* estão correspondendo aos anseios da comunidade.

Em relação ao primeiro objetivo, a principal contribuição que o *campus* Santa Rosa teve nesta primeira ação de gestão para o desenvolvimento sustentável em nível local e territorial foi sanar os anseios de uma região onde Instituições de Ensino Públicas e gratuitas não existiam. Atender às demandas de uma região permitindo que os jovens se qualificassem e permanecessem em seus locais de origens, aptos a entrarem no mercado de trabalho ou, até mesmo, a empreenderem em suas propriedades, permitindo a sucessão familiar nas propriedades rurais, foi muito relevante para o desenvolvimento sustentável e relatado pela maior parte dos entrevistados.

Quando nos reportamos ao segundo objetivo, identificamos que atuar através do Ensino da Pesquisa e da Extensão de forma integrada e articulada com a vocação regional e as demandas trazidas pela comunidade, é na opinião de grande parte dos entrevistados um diferencial que os Institutos Federais proporcionam. E com o *campus* Santa Rosa não poderia ser diferente, as parcerias estabelecidas com outras entidades estão permitindo avanços concretos no desenvolvimento local e territorial. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, o NEDET, contribuiu e permitiu uma aproximação do *campus* muito grande com a comunidade externa e entidades, tais como: EMATER, EMBRAPA, AREDE, entre outras. Estas parcerias proporcionam o desenvolvimento de projetos, de ensino, pesquisa e/ou extensão que visam à formação do cidadão para sua emancipação social e econômica. O fortalecimento na área educacional qualificada gerada pelas entidades parceiras e o IFFAR *campus* Santa Rosa é percebido através da própria atuação da comunidade externa, que a cada ano investe e empreende de forma responsável e sustentável favorecendo assim o desenvolvimento local, quanto territorial.

Conhecer a forma de atuação da Gestão do *campus* Santa Rosa frente às demandas locais e sua interação com o desenvolvimento local e territorial é de grande relevância para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica que vive um processo de expansão no país. É também de grande relevância para o Instituto Federal Farroupilha que atua através de dez campi no Estado do RS. Saber como está se dando sua inserção territorial e sua relação com a comunidade local permite identificar avanços e retrocessos, possibilidades e desafios a serem enfrentados pelos gestores. Por se tratarem de instituições novas conforme são os Institutos Federais, muitos desafios são enfrentados, porém, quando esses desafios são superados, contribuem significativamente para o fortalecimento da instituição, transformando-as e qualificando-as como centros de referência na oferta do ensino público gratuito e de qualidade, contribuindo assim, com a inclusão, justiça social, cidadania, preservação ambiental sustentável, desenvolvimento territorial e, principalmente, com o fortalecimento da gestão democrática a que se propõem os Institutos Federais.

Quando passamos a analisar o terceiro objetivo deste estudo, percebemos que a Instituição está cumprindo em partes, ou seja, talvez o fator divulgação relatado por um número significativo de entrevistados está deixando a desejar. Analisando a oferta dos cursos regulares, estes estão atendendo os anseios da comunidade, como já mencionado, foram todos amplamente discutidos e decididos em audiências públicas. Os cursos de extensão criam para a instituição um elo com a comunidade externa, fortalece os vínculos enquanto prepara o cidadão para atuação no mercado de trabalho. O mesmo não está, em princípio ocorrendo, quando se trata de realização de pesquisas, ou, mais especificamente, em relação à divulgação dos resultados a comunidade externa. Existe por parte da comunidade externa o desconhecimento de estudos/resultados referentes a pesquisas realizadas no âmbito do *campus*, este foi um sentimento percebido e relatado por alguns participantes das entrevistas. Procuramos identificar neste estudo todos os projetos realizados pelo *campus* Santa Rosa, de ensino, pesquisa e extensão e

não foram poucos encontrados, muito pelo contrário, são muitos os projetos realizados.

Os Institutos Federais, por se tratarem de instituições criadas recentemente, o que não se pode dizer da Educação Profissional e Tecnológica, que já é efetiva a longos anos, carecem de uma política de divulgação mais efetiva. No presente estudo fica evidenciada esta constatação, o *campus* Santa Rosa ainda está trabalhando de forma muito internalizada, apesar de manter parcerias com outras instituições. Não está divulgando de forma satisfatória para a comunidade externa sua forma de atuação e os resultados obtidos, principalmente, em relação a pesquisas, o que impede, muitas vezes, de o mesmo se tornar mais conhecido e procurado pela comunidade. Ter o conhecimento e fazer uso dos estudos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito do *campus* pela comunidade local e regional é uma demanda muito relevante e que trará grandes benefícios para desenvolver ainda mais a região, gerando com isso, cada vez mais o desenvolvimento local e territorial, a que se propõem os Institutos Federais.

O conhecimento por parte da população e a divulgação de resultados de pesquisas voltadas à comunidade externa, na visão de alguns segmentos, aparece como uma fragilidade da Instituição. Isso é muito provável que seja pelo desconhecimento e pela falta de divulgação das ações de pesquisa por parte do IFFAR *campus* Santa Rosa, que internaliza suas ações mais no âmbito da comunidade acadêmica interna, deixando de transcender suas fronteiras, criando dessa forma uma barreira entre o que é realizado/desenvolvido no âmbito do *campus*, mas que seria de uma grande importância que se externalizasse para a comunidade externa.

Encerramos nossas considerações finais expressando a importância da Educação Profissional e Tecnológica em nosso País, a qual proporciona oportunidades iguais a quem a vida deu caminhos diferentes.

Portanto, entendemos que as ações da gestão do IFFAR *campus* Santa Rosa estão favorecendo o desenvolvimento local e territorial, pois pressupõem comprometimento e, acima de tudo, uma vigia constante da forma em que se

atua, cujos objetivos e finalidades estão voltados à concretização das políticas públicas em que os Institutos Federais estão inseridos, devendo estes, sempre primar pela oferta de um Ensino público, gratuito e de qualidade, voltado para o desenvolvimento sustentável em seus territórios de inserção.

Evidenciamos nesta investigação como um fator limitante: a falta de recomposição dos membros do CODETER, o que resultou em um número menor de participantes/entrevistados.

Esta investigação teve o alcance de um dos dez campi do IFFAR, para um próximo estudo se propõe a replicação desta pesquisa em outros campi da Instituição, ou ainda no IFFAR como um todo, para se obter opiniões distintas referentes a realidade local e territorial onde os campi estão inseridos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, I., Rezende, S. O., Oliveira, O. J. Neto, Drees, C., & Figueiredo, R. S. (2007) Aplicação do modelo e análise SWOT no diagnóstico estratégico de uma propriedade rural especializada em recria e engorda de bovinos de corte. *Revista Científica de Administração da Uni Evangélica*, VI, 01-18.
- André, M. (1995). O estudo de caso etnográfico. In: André, M. *Etnografia da Prática escolar*. 5ª ed., São Paulo: Editora Papirus
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa (3a ed.). Portugal: Edições 70.
- Babbie, E. (1992). *The practice of social research* (6a ed.) Belmont, CA: Wadsworth.
- Becker, B. K. (2006). A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In I. E. de Castro, P. C. da C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Buarque, S. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: IICA.
- Buarque, S. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Cooperação para a Agricultura – IICA.
- Buarque, S. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Dallabrida, V. R., & Fernández, V. R. (2008). *Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos*. Passo Fundo: Editora Unijui.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa: princípio científico e educativo* (8a ed.). São Paulo: Cortez.
- Fernandes, M. (2002). Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um conceito. *Revista Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômica*. 21(2), 246-260.
- Frigotto, G.(2005). *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. São Paulo: Cortez
- Guarnieri, L. & Santos, M. (2000). Características Gerais do Apoio a Arranjos Produtivos Locais. *BNDES Setorial*, (12), p. 195-204.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG.
- Mészáros, I. (2005). *A Educação para além do capital*. (I. Tavares, Trad.). São Paulo: Editora Boitempo.
- Mészáros, I. (2010). Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Minayo, M. C., & SANCHES, O. (1983). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), p. 239-262.

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005). *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília. Maio de 2005. Série Documentos Institucionais 02-2005. Acedido em 23/10/2017. Disponível em http://sge.mda.gov.br/bbli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf
- Mol, A. P. J. & Spaargaren, G. (1995). *Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade*. Ilhéus: Editora Editus.
- Moita, F. & Andrade, F. (2009). Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, 14(41), 269-393.
- Molina, M. C. (2006). *A Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Mutti R. (2003). O primado do outro sobre o mesmo... In: Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. UFRGS.
- Meller, C. (2016). *Núcleo de Extensão Territorial- Articulando Redes de Saberes e Fazeres Sustentáveis*. Santa Rosa: Instituto Federal Farroupilha.
- Ohman, A. (2005). Qualitative methodology for rehabilitation research. *Journal Of Rehabilitation Medicine*, 37(5), 273-280.
- Otranto, C. (2010) *Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's*. Acedido em 21 maio, 2017. Disponível em <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>
- Pacheco, E. (2010). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: SETEC/MEC.
- Pacheco, E. (2011). *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: SETEC/MEC.

Palma, L. C., Alves, N. B., & Silva, T. N. da (2013). Educação para Sustentabilidade: desafios para a formação da nova geração de administradores. *Rev. Adm. Mackenzie*, 14(3), 83-118. Acedido em 21/05/2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000300005

Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Pereira, L. (2013). *Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*. Acedido em 21/05/2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf

Plataforma Brasil: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>

Pistrak, M. (2000). *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Editora expresso Popular.

Presidência da República (2004). *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Acedido em 18/05/2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5154.htm

Presidência da República (2008). *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Acedido em 18/05/2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Rays, O. A. (2003). Ensino Pesquisa- Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. *Revista Cadernos de Educação Especial*, (21), 71-85.

Reto, L., & Nunes, F. (1999). Métodos como Estratégia de Pesquisa, Problemas Tipo numa Investigação. *Revista Portuguesa de Gestão*, I(99), 21-31.

- Rodrigues, G. M. (2011). Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária. Acedido em 01/06/2017. Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,ensino-pesquisa-e-extensao-universitaria-imp-,793617>
- Rocha, L. A. C. (2007). *Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras*. Dissertação de mestrado, Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, SP, Brasil. Acedido em 22/03/2018. Disponível em: http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/leliane_rocha.pdf
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Santos, A. (2008). *Gestão Estratégica. Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Saquet, M.(2008). *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. SãoPaulo: Editora Expressão Popular.
- Smith, J., Harré, R., & Langenhove, L. van. (1999) *Rethinking Methods in Psychology*. London: SAGE Publications.
- Silva, C. J. R. (2009). *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN.
- Tavares, M. C. (2005). *Gestão Estratégica* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Tavares, M. C. (2010) *Gestão Estratégica*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zaoaul, H. (2006). *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós- global*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.

ANEXOS

ANEXO A - GUIÃO DA ENTREVISTA

DATA DA ENTREVISTA: _____

I – IDENTIFICAÇÃO

1 – Sexo:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino
2 – Idade:		
3 – Formação		
<input type="checkbox"/> Graduação:		
<input type="checkbox"/> Especialização:		
<input type="checkbox"/> Mestrado:		
<input type="checkbox"/> Doutorado:		

O Instituto Federal Farroupilha campus Santa Rosa, é uma instituição pública que oferta diversas modalidades de Ensino gratuito. Gostaria que falasse de como ficou conhecendo esta Instituição? Se a mesma está cumprindo com seus objetivos que é ofertar um Ensino Público Gratuito e de Qualidade? E se a mesma está contribuindo para o desenvolvimento local e territorial?

O Instituto Federal Farroupilha, campus Santa Rosa atua através do ensino, pesquisa e extensão, em sua opinião esses meios estão sendo eficazes para o desenvolvimento local e territorial?

2.1 Caso considere os meios insuficientes, gostaria de saber sua opinião de como poderia ser ampliada a atuação do IFFAR campus Santa Rosa, para alcançar um desenvolvimento satisfatório em âmbito local e territorial?

Os cursos que são ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha Campus Santa Rosa, (integrados, Pós-Médio, Superiores e Pós-graduação) são suficientes para promover o desenvolvimento local e territorial? Qual sua opinião?

3.1 Caso julgue não serem suficientes, que opinião você teria para contribuir com a ampliação de cursos a serem ofertados pelo IFFAR campus Santa Rosa?

Em sua opinião, de que forma o Instituto Federal Farroupilha Campus Santa Rosa poderá ampliar sua atuação local e regional, para promover o desenvolvimento sustentável, local e territorial?

As questões para esta entrevista foram finalizadas. Mas, antes de concluirmos, queria perguntar-lhe se pretende acrescentar mais alguma coisa ao que disse ou se quer falar sobre algum assunto que não tenha sido abordado, e que considere de interesse para este estudo.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Gestão do Instituto Federal Farroupilha Campus Santa Rosa, frente às demandas locais e sua atuação com o Desenvolvimento Territorial Fronteira Noroeste do RS.

Pesquisador: MIRIAN ROSANI CRIVELARO KOVHAUTT

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85011418.0.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.566.340

Apresentação do Projeto:

De acordo

Objetivo da Pesquisa:

De acordo

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

atende a resolução 466

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há considerações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado sem recomendações

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do Relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 2.566.340

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1072303.pdf	19/02/2018 12:45:02		Aceite
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.PDF	19/02/2018 12:44:34	MIRIAN ROSANI CRIVELARO KOVHAUTT	Aceite
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.PDF	06/02/2018 09:54:36	MIRIAN ROSANI CRIVELARO KOVHAUTT	Aceite
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.doc	06/02/2018 09:41:30	MIRIAN ROSANI CRIVELARO KOVHAUTT	Aceite

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 27 de Março de 2018

**Assinado por:
Raquel Lunardi
(Coordenador)**

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “A Gestão do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa, frente às demandas locais e sua atuação com o Desenvolvimento Territorial Fronteira Noroeste do RS.” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial, a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta instituição autoriza a pesquisadora Mirian Rosani Crivelaro Kovhauht a realizar a pesquisa no Instituto Federal Farroupilha - Campus Santa Rosa, onde serão aplicadas entrevistas e pesquisa documental, utilizando-se da infraestrutura desta Instituição. Autorizo ainda que o nome da instituição seja mencionado no relato da pesquisa.

Santa Rosa, 22 de fevereiro de 2018.

Renata Rotta
Diretora Geral

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: “A Gestão do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa, frente às demandas locais e sua atuação com o Desenvolvimento Territorial Rural Fronteira Noroeste do RS.”, sob a responsabilidade da pesquisadora Mirian Rosani Crivelaro Kovhauht e orientação do professor Fernando Cardoso, do Instituto Politécnico do Porto (IPP), Portugal.

O presente estudo nasceu da necessidade de conhecer que contribuições às ações da Gestão do Instituto Federal Farroupilha campus Santa Rosa e a implantação deste, desde o ano de 2010, na grande Santa Rosa, estão influenciando no desenvolvimento local e territorial.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Mirian Rosani Crivelaro Kovhauht no local da pesquisa e em sala apropriada, antes da entrega dos questionários de pesquisa aos entrevistados.

A sua participação neste trabalho será respondendo as questões através de entrevista com o pesquisador. Não serão divulgados os nomes dos entrevistados e todo o material obtido será utilizado apenas para os fins a que se destina esta pesquisa. A pesquisa se iniciará logo após a assinatura desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa, sendo aprovados por respectivo Conselho Editorial, poderão ser publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. O ato de responder a um questionário possui riscos aos sujeitos uma vez que poderá causar constrangimentos ou trazer à memória experiências ou situações vividas que causam algum tipo de sofrimento psíquico. Os benefícios deste estudo consistem em possibilitar aos participantes da pesquisa a possibilidade do desenvolvimento de uma reflexão crítica acerca de suas metodologias de ensino adotadas em sala de aula. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Através desse documento você declara

conhecer a Resolução Ética CNS 466/12. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: MIRIAN ROSANI CRIVELARO KOVHAUTT

NÚMERO DO TELEFONE 55 991257615 55 3257 1479

ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS, 115 SÃO VICENTE DO SUL – RS

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul –
Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____ .